

## EDITORIAL

O Curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário lança o número de Julho de 2019 da revista eletrônica mensal *Vitrine da Conjuntura*, que conta com as partes permanentes do Panorama Econômico e Indicadores e cinco artigos a respeito dos cenários econômicos do país.

O primeiro levanta, de maneira sumária, os principais pontos determinantes da trajetória de vinte e cinco anos da moeda nacional, o real, comemorados em 01 de julho de 2019.

O segundo texto interpreta a natureza bastante discutível de uma suposta reação positiva das atividades industriais, acompanhadas por inquéritos do IBGE e CNI.

A terceira contribuição busca qualificar o quadro de retração da produção industrial, amparado nos resultados heterogêneos apresentados em quatorze estados pesquisados.

A quarta reflexão descreve e analisa o episódio de furo da barreira simbólica dos cem mil pontos do Ibovespa, principal termômetro do desempenho das bolsas brasileiras, acontecido no mês de junho de 2019.

Por fim, a quinta incursão justifica a associação direta entre continuidade da fragilização do mercado de trabalho brasileiro e deterioração do capital político do presidente da república, atestada pela queda de popularidade do chefe do poder executivo nas sondagens de opinião.

Excelente leitura a todos.  
Paz e Bem.  
Gilmar Mendes Lourenço  
Editor.

## VINTE E CINCO ANOS DO REAL: O CONTROLE DA INFLAÇÃO

*Gilmar Mendes Lourenço*

A data de hoje, 01 de julho de 2019, marca o aniversário de vinte e cinco anos do Real, a moeda brasileira mais estável dos tempos republicanos, cuja concepção e implantação propiciaram o sepultamento da hiperinflação, que vitimava o país desde o final dos anos 1980, e o resgate das três funções clássicas de um padrão monetário: unidade de conta, reserva de valor e meio de pagamento.

Mais precisamente, a estabilização monetária engendrada pelo Real foi resultado da aplicação de princípios econômicos que, depois do fracasso das estratégias ortodoxas, heterodoxas e mistas, executadas durante a década de 1980 e começo de 1990, centraram-se no pressuposto de que a derrubada da inércia do processo de formação de preços deveria ser antecedida pela explicitação do compromisso de ataque frontal às causas primárias da dinâmica superinflacionária, sintetizadas na fragilidade fiscal e financeira do setor público.

Nessas circunstâncias, a formulação e implementação do chamado “Plano Real”, viabilizadas pela equipe econômica do presidente Itamar Franco, coordenada pelo ministro Fernando Henrique Cardoso, obedeceu ao cumprimento criterioso de três estágios, desprovidos de surpresas e negociados passo a passo com os agentes sociais por intermédio do congresso nacional.

Foram eles: o ajuste fiscal provisório, constituído essencialmente pelo Fundo Social de Emergência (FSE) e a cobrança do imposto provisório sobre movimentações financeiras (IPMF), antecessor da CPMF; a unidade real de valor (URV), uma quase moeda, ou indexador referência, capaz de promover o realinhamento da estrutura de preços relativos e pavimentar os caminhos para o alcance do terceiro andar; a nova moeda, o real, ancorada na paridade com o dólar americano e posteriormente em bandas, mantidas com a política de juros elevados do Banco Central.

A acentuada desinflação subsequente oportunizou a recuperação do poder aquisitivo da população de menor renda, o aumento do consumo per capita de alimentos, a neutralização dos mecanismos de indexação automática de preços, salários e contratos, a redescoberta do Brasil por parte dos investidores, e o alargamento do horizonte temporal de previsibilidade no cálculo econômico, ao favorecer a otimização dos orçamentos domésticos e facilitar as decisões de inversões das empresas.

*Depois de sair de 5000% ao ano, na véspera do lançamento da nova moeda, a inflação no varejo chegou ao piso anual de 1,6%, em 1998, e 3,0%, em 2017, aproximando-se dos padrões internacionais.*

Depois de sair de 5000% ao ano, na véspera do lançamento da nova moeda, a inflação no varejo chegou ao piso anual de 1,6%, em 1998, e 3,0%, em 2017, aproximando-se dos padrões internacionais, e atingiu pico de 12,5%, em 2002, e 10,7%, em 2015, explicados, respectivamente, pelo risco Lula e o choque tarifário e cambial realizado pelo Ministro Joaquim Levy, depois do represamento populista dos reajustes de preços, ocorrido no transcorrer do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff.

Contudo, há uma lacuna estrutural na consolidação do plano real, que assume o papel de barreira a uma espécie de quarta fase, consubstanciada na transformação de um simples, ainda que bem sucedido, programa de estabilização das variações de preços, em complexo esforço de restauração dos alicerces de um novo ciclo

sustentado de crescimento econômico com inclusão social.

Se preenchido, esse vazio viria em complementação à primeira etapa e equivaleria ao ajuste fiscal permanente, baseado nas reformas estruturais (tributária, fiscal, previdenciária, trabalhista, patrimonial, administrativa, política e do judiciário), fundamental para a conquista da proeza de fazer o estado brasileiro, nas distintas esferas (união, estados e municípios), caber dentro dos limites orçamentários, e, por extensão, restabelecer o poder de eficiência, competição e inovação da microeconomia.

A sobrevivência desse buraco deriva de múltiplas motivações, em sua maioria de caráter político e institucional. Exceto pelo saneamento e privatização de bancos públicos, a desestatização dos segmentos de insumos básicos e serviços de telecomunicações e parte de energia, e a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), foi notória a ausência de empenho oficial na direção de avanços relevantes na perseguição do reequilíbrio das finanças públicas, ao longo de dois decênios e meio.

O pior foi a proliferação de atitudes voltadas a maximizar a degradação da solvência do setor público, por meio de malversação dos recursos e, principalmente, de verdadeiros assaltos ao caixa das companhias estatais e aos haveres alocados nas peças orçamentárias, que constituem expressivas ameaças à colheita de frutos bons propiciada pela estabilidade inflacionária, notadamente o retorno da expansão duradoura dos níveis de atividade e emprego.

## A ENGANOSA RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL

*Gilmar Mendes Lourenço*

A variação positiva dos indicadores industriais no mês de abril de 2019, em relação a março, identificada em pesquisas realizadas pela Confederação Nacional da Indústria e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bastante celebrada nas hostes oficiais e nos meios especializados, deve ser interpretada com redobrada cautela.

Essa advertência soa oportuna especialmente neste momento dramático vivido pela sociedade brasileira, marcado pela multiplicação dos anseios e esperanças na direção da urgente formação de um clima propício à retomada dos negócios, investimentos e, sobretudo, emprego.

De acordo com a CNI, todas as variáveis acompanhadas no inquérito mensal da entidade exibiram crescimento em abril, notadamente faturamento real (3,3%) e rendimento médio real dos trabalhadores (0,9%). No entanto, quando o cotejo é realizado com abril de 2018, observa-se queda de 3,1% no faturamento e 2,4% na renda. No primeiro quadrimestre do ano, houve recuo de 4,3% e 2,6%, respectivamente, para aqueles quesitos.

Já, conforme o IBGE, a produção fabril nacional subiu 0,3% em abril de 2019 frente a março. Porém, no confronto com o mesmo mês do ano anterior e no acumulado entre janeiro e abril, constata-se diminuição de 3,9% e 2,7% respectivamente. Com isso, o setor estaria 17,3% abaixo da situação recorde atingida em maio de 2011.

Aliás, nessa última referência comparativa, aconteceu decréscimo em todas as categorias de uso, sendo -3,1% para bens de capital (máquinas e equipamentos) e intermediários (insumos e matérias primas), -2,2% para bens duráveis (automóveis eletrodomésticos e móveis) e -1,3% para semiduráveis e não duráveis (alimentos, bebidas, remédios, roupas, calçados, etc.).

Rigorosamente, a ocorrência das festividades de carnaval no mês de março de 2019, episódio pouco comum no calendário, ao reduzir o número de dias úteis, serviu para deprimir a base de cálculo e criar a perigosa e falsa sensação de encerramento dos tempos de depressão econômica e ocorrência de um ponto de inflexão no sentido da formação de condições pró-recuperação dos níveis de atividade.

Até porque, a acentuada contração acusada nos demais exercícios comparativos atesta a fragilização do investimento público e privado e do consumo das famílias, consequência de eventos concretos como persistência de elevados patamares de desocupação dos fatores de produção (mão de obra e ativo fixo) e endividamento e inadimplência dos agentes, escassez e encarecimento do crédito para consumo, giro e inversões, e, principalmente, deflagração de nova fase de deterioração da confiança.

Esse último aspecto está diretamente associado à ausência, ou ao menos a não explicitação e discussão, de uma estratégia macroeconômica consistente, por parte da gestão Bolsonaro, capaz de induzir o retorno do giro da roda de transações e, por extensão, a instauração de um clima favorável à tramitação, no congresso nacional, das reformas estruturais imprescindíveis ao resgate da solvência do setor público e dos ganhos de produtividade da microeconomia, em médio longo prazo.

*Os atores sociais permanecem em absoluto compasso de espera, priorizando escolhas centradas no adiamento de planos e projetos expansivos.*

Enquanto isso não acontece e, o que é pior, em paralelo à intensificação das dificuldades à obtenção de coesão interna do executivo e articulação com o legislativo, incluindo a montagem de sólida estrutura de apoio e negociação do bloco de modificações institucionais (tributária, patrimonial, previdenciária, fiscal, administrativa e do judiciário), os atores sociais permanecem em absoluto compasso de espera, priorizando escolhas centradas no adiamento de planos e projetos expansivos.

Tanto é assim que a cesta de índices de confiança (empresários e consumidores), mensurada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Confederação Nacional do Comércio (CNC) e CNI, depois ter experimentado

rota ascendente no final de 2018 e começo de 2019, voltou a expressar desânimo e retrocedeu ao degrau anterior ao desfecho do polarizado pleito presidencial do ano passado.

O retorno do ceticismo pode ser imputado, primordialmente, à perversa combinação entre apatia econômica e desordem política, protagonizada por governantes dotados de pífia experiência, acossados por lideranças parlamentares impregnadas da doença do presidencialismo de cooptação, com a qualificada participação de instâncias judiciais sedentas por intervenções amparadas em deliberações monocráticas, dirigidas à maximização da insegurança institucional.

Foi o caso da recente postura do ministro Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), estabelecendo veto à venda - sem autorização do congresso nacional e exaustivamente negociada com o Tribunal de Contas da União (TCU) -, por US\$ 8,0 bilhões, da Transportadora Associada de Gás (TAG), pertencente à Petrobrás, para o grupo Belga Engie, já atuante na área de energia no Brasil.

## O MAPA DA RETRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA

*Gilmar Mendes Lourenço*

A queda de 2,7% da produção industrial brasileira, observada no primeiro quadrimestre de 2019, em relação a igual período de 2018, estimada por pesquisa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não representa fenômeno localizado setorial ou espacialmente.

O colapso mostrou-se generalizado e reproduz elementos sensitivos, expressos na nova onda de quebra de confiança dos agentes, por conta da multiplicação dos desarranjos do ambiente político e ausência de percepção acerca da existência de orientação macroeconômica consistente.

Ressaltam igualmente causas objetivas, sintetizadas na depressão da demanda doméstica, imputada aos elevados patamares de desemprego e subemprego e endividamento privado e público, e agravada pelas evidências de desaceleração do crescimento da economia global.

De fato, trata-se do retorno dos sinais de desindustrialização, bastante comuns por essas paragens desde a segunda metade dos anos 1990, ocasionados pelo abandono oficial do emprego de instrumentos capazes de garantir a operação do setor manufatureiro do país em fase com as profundas alterações de paradigma, implantadas em escala mundial, e da desistência de priorização do tripé formado por educação, inovação e produtividade. Tanto é assim que a participação da indústria de transformação na composição do produto interno bruto (PIB) nacional caiu de 17,4%, em 2005, para 11,3%, em 2018.

De acordo com aquela instituição, o decréscimo dos níveis de atividade, entre janeiro e abril de 2019, atingiu as quatro categorias de uso acompanhadas, especificamente bens de capital (-3,1%), intermediários (-3,1%), consumo duráveis (-2,2%) e não duráveis e semiduráveis (1,3%).

*A abordagem regional permite identificar recuo disseminado dos patamares de produção.*

Já a abordagem regional permite identificar recuo disseminado dos patamares de produção, atingindo dez dos quatorze estados objeto da investigação. Os decréscimos mais acentuados foram amargados pelos parques fabris do Espírito Santo (-10,3%) e Pará (-7,8%). No primeiro caso, a performance negativa esteve associada às contrações constatadas em petróleo, minério de ferro e papel e celulose, e, no segundo, houve influência direta da fragilização do complexo de mineração, devido às fortes restrições ambientais impostas depois do episódio de rompimento da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais.

Também foram apuradas apreciáveis reduções em Mato Grosso (-4,8%), Minas Gerais (-4,8%), Rio de Janeiro (-3,2%), Amazonas (-3,0%), Bahia (-2,9%), e São Paulo (-2,6%). O desempenho desfavorável de Mato Grosso foi ocasionado essencialmente por química, madeira, minerais não metálicos e alimentos, e o de Minas Gerais por extração mineral (efeitos da tragédia provocada pela companhia Vale, em Brumadinho), química, fumo, têxtil e alimentos.

O retrocesso do Rio de Janeiro abarcou nove dos quatorze segmentos observados, com ênfase para material de transporte, metalurgia, farmacêutico e petróleo, e o do Amazonas foi determinado por impressão e reprodução de gravações, e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, produtos de borracha e de material plástico, e máquinas e equipamentos, traduzindo essencialmente o encolhimento do consumo de bens duráveis, carro chefe da matriz industrial da Zona Franca.

Na Bahia, nove de doze ramos diminuíram o volume de produção, com mais intensidade em química, celulose e papel, automóveis, equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos e petróleo. No interior do complexo industrial paulista, doze das dezoito atividades acusaram declínio de quantidade produzida, em especial as cadeias automobilística, alimentar e papel e celulose.

As exceções à regra da marcha cadente couberam à Região Sul - reduzido do agronegócio mais competitivo da nação, cada vez mais inserido no front externo e menos suscetível às injunções governamentais - e ao estado do Ceará.

No Sul, emerge o comportamento substancialmente elevado dos parques paranaense e gaúcho, ambos experimentando incremento de 6,2%, ancorado em veículos automotores, reboques e carrocerias e produtos de metal, no Rio Grande do Sul, e produtos alimentícios, material de transporte, máquinas e equipamentos (notadamente para colheita da safra), e produtos de metal e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, no Paraná.

A evolução de Santa Catarina foi de 3,0%, amparada no bloco metalmecânico (máquinas e equipamentos, materiais elétricos e produtos de metal), minerais não metálicos e complexo madeireiro-papeleiro. O avanço de 1,8% do Ceará esteve concentrado em metalurgia e produtos de metal, bebidas e máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

Como se vê, delinea-se uma tendência declinante para a atividade industrial do país, em razão do encurtamento da demanda doméstica e externa e das incertezas maximizadas pelas perturbações políticas, apanhando praticamente todos os segmentos e a maioria das instâncias federadas. As situações regionais consideradas virtuosas caracterizam-se pontuais, apoiadas, em grande parte, no vigor do agronegócio, e podem desaparecer se os embaraços macroeconômicos persistirem.

## IBOVESPA E FURO DO TETO DE 100 MIL PONTOS

*Gilmar Mendes Lourenço*

O termômetro das bolsas brasileiras, representado pelo Ibovespa, rompeu, em 19 de junho de 2019, o teto de 100 mil pontos, fechando precisamente em 100.303 pontos, o que representou recorde histórico nominal.

A Bovespa é constituída por 393 empresas, com 66 participando da determinação do índice, que abarca as ações mais negociadas, ponderadas pelo volume de negócios e o valor de mercado. As que possuem maior peso no cálculo do índice são: Petrobras (12,20%), Bradesco (10,33%), Itaú (9,99%), Vale (9,95%) e Ambev (4,76%).

De fato, houve o episódio de estouro do limite de 100 mil pontos em dois pregões, durante o mês de março de 2019, que não se sustentou até o encerramento dos trabalhos do respectivo dia. Posteriormente, as transações foram afetadas pela multiplicação de incertezas quanto à capacidade da gestão Bolsonaro viabilizar os acordos políticos requeridos para o avanço das mudanças de base junto ao parlamento. Com isso, o indicador desceu do degrau de 90 mil pontos, em maio de 2019, para, na sequência, estacionar ao redor de 95 mil pontos.

O resultado do furo simbólico já era aguardado pelos meios especializados, desde o desfecho do episódio eleitoral, em outubro de 2018, e a subsequente disseminação da retórica de aplicação de uma orientação econômica ortodoxa e sepultamento de posturas estatais intervencionistas, por parte do novo governo.

O desempenho virtuoso das bolsas traduz a influência da combinação entre elementos exógenos e endógenos na conformação de um ambiente de otimismo pelos investidores acerca do comportamento das variáveis determinantes dos ciclos financeiros domésticos.

No campo das forças externas destaca-se a impulsão dos mercados de capitais em escala global, aproximando-se das pontuações máximas históricas, em consequência das expectativas de encerramento da guerra comercial entre Estados Unidos e China e da estabilidade dos juros - expressa na decisão de manutenção das taxas primárias norte-americanas entre 2,25% ao ano e 2,50% a.a., por parte do Federal Reserve (FED), banco central dos EUA - e, por extensão, abrandamento do processo de desaceleração do crescimento econômico mundial e apreciação das moedas dos mercados emergentes.

Frise-se que, no encontro do FED ocorrido em 19 de junho de 2019, houve um voto vencido, na defesa da diminuição de 0,25 ponto percentual na taxa, e a sinalização de viés de baixa por conta do esboço de tendência cadente da inflação, atualmente em 1,8% a.a., o que ocasionou, de pronto, declínio dos juros futuros e disparada das bolsas no Brasil.

No plano endógeno, a subida do Ibovespa deriva da conjugação de três ordens de fatores. O primeiro deles compreende apostas de desencadeamento de trajetória de redução da taxa Selic, pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), em face da estabilidade dos juros internacionais e da necessidade premente de reversão do período de recessão e estagnação mais profundo e longo dos tempos de república, iniciado em abril de 2014.

Não obstante, ao fim da reunião de 19 de junho de 2019, o Copom engendrou o esfriamento daqueles humores positivos ao preservar, de forma exagerada, a postura defensiva e medrosa, mantendo a Selic em 6,5% a.a., e argumentar, em nota, o perigo de recrudescimento da inflação em caso de malogro do projeto de reforma da previdência no congresso nacional.

Com isso, o órgão ignorou as projeções de inflação efetuadas pela própria autoridade monetária, indicando variação do índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) inferior ao centro da meta anual, estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 4,25%, para 2019, e 4,0%, para 2020, com banda de variação 1,5 pontos percentuais.

O segundo elemento virtuoso interno repousa no redesenho da proposta de modificações do sistema de aposentadorias e pensões dos trabalhadores da iniciativa privadas e dos servidores públicos, elaborado pelo relator da Comissão Especial, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), com a eliminação de itens relativos aos programas sociais, capitalização e participação de estados e municípios. Ademais, de acordo com o presidente da câmara dos deputados, Rodrigo Maia, o novo arcabouço previdenciário deverá ser discutido e votado no colegiado especial e submetido ao plenário antes de 17 de julho, começo do recesso legislativo.

Até porque, diante da inação e/ou ausência de empenho em liderança e articulação política do chefe do poder executivo, na sequência, a câmara tenciona proceder a incursões mais arrojadas na pauta econômica, centradas em esforços na direção da simplificação tributária, autonomia do BC, ampliação da concorrência bancária, amparada na diminuição do spread e transformação dos haveres do FGTS em poupança do trabalhador, a ser sacada apenas em situações de aquisição de imóvel ou aposentadoria.

*Houve aparente desconsideração dos prováveis impactos ocasionados pelo desligamento do presidente do BNDES e a divulgação das mensagens pelo The Intercept Brasil.*

O terceiro ponto diz respeito a aparente desconsideração dos prováveis impactos ocasionados pelo desligamento do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, e a divulgação, pelo site The Intercept Brasil, de diálogos acontecidos, em 2017, entre o então juiz, e presentemente Ministro da Justiça, Sérgio Moro, e o procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato, encarregada da apuração de práticas de corrupção que atingiram a Petrobras e outras companhias estatais.

O conteúdo das conversas, desprovido de apreciação e confirmação de autenticidade foi anexado à solicitação feita pela defesa do ex-presidente Lula, ao Supremo Tribunal Federal (STF), para anulação da condenação do paciente no caso do Triplex, ancorada em alegação de suposta perda de isenção do magistrado naquele julgamento.

Ainda assim, parece oportuno sublinhar algumas fraquezas implícitas na recente impulsão das operações em bolsa no país. A primeira delas equivale à natureza diminuta deste mercado, evidenciada pela dimensão do valor das empresas listadas na Bovespa, que representa apenas 15,0% do produto interno bruto (PIB) brasileiro, contra mais de 140,0% do PIB, nos EUA, e 80,0%, no Chile e na Índia, por exemplo. O valor daquelas utilizadas para mensuração do índice corresponde a 12,4% do PIB nacional. A movimentação diária da bolsa é ao redor de US\$ 3,0 bilhões, o que equivale a 5,0% do *National Association of Securities Dealers Automated Quotations* (Nasdaq).

Não por acaso, foram necessários doze anos para a duplicação do score do Ibovespa, que saiu de 50 mil pontos em 2007, sendo que, no mesmo intervalo, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) - que lastreia os negócios entre as instituições financeiras e referencia os rendimentos dos fundos de renda fixa - superou 200,0%.

Igualmente relevante é a constatação de que, se suprimidos os impactos da inflação no volume de negócios, a posição atual seria aproximadamente 25,0% inferior ao recorde de 73.517 pontos, registrado em 20 de maio de 2008, depois da conquista da comenda grau de investimento, concedida ao Brasil pela agência de classificação de risco Standard & Poor's.

## MERCADO DE TRABALHO E POPULARIDADE DO PRESIDENTE

*Gilmar Mendes Lourenço*

O conjunto de estimativas a respeito do desempenho real da economia brasileira, com ênfase para as variáveis do mercado de trabalho, e as sondagens qualitativas acerca dos humores da sociedade (empresários e consumidores), levantados para este começo de 2019, permitem delinear situação extremamente desfavorável que escapou até do radar dos analistas mais pessimistas ou mesmo dos segmentos de ferrenha oposição ao governo Bolsonaro.

Na verdade, a quase permanente relação conflituosa entre executivo e legislativo e a ausência de ações concretas do staff do palácio do planalto, na direção da rápida superação da depressão dos negócios, levou à contração do enorme capital político, conquistado nas urnas pelo chefe de estado em outubro de 2018, confusa tramitação das reformas institucionais, em especial a da previdência, na câmara dos deputados, e drástica compressão da confiança dos agentes no desencadeamento de um ciclo de retomada sustentada do crescimento.

Mais precisamente, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar de ter caído de 12,5% para 12,3% da população economicamente ativa (PEA), entre os trimestres móveis encerrados entre abril e maio de 2019, a taxa de desemprego permanece em níveis bastante elevados quando cotejados com o piso próximo de 6,0% da PEA, registrado em fins de 2013 e começo de 2014, e engloba 13,0 milhões de pessoas sem ocupação à procura de trabalho.

Em identificação mais perversa, a subutilização (desemprego aberto, desalento e jornada insuficiente) marcou o recorde de 25,0% da PEA, na média trimestral entre março e maio de 2019, contra 24,6% da PEA, em igual intervalo de 2018, o que representa 28,5 milhões de brasileiros em precárias condições de vida e à margem do consumo essencial. Apenas o contingente que desistiu de procurar trabalho soma atualmente 4,9 milhões.

Na mesma linha patológica, o rendimento médio real habitual (R\$ 2.289) recuou 1,5% em relação aos três meses anteriores e experimentou estabilidade em comparação com idêntico trimestre de 2018, e o grupo de trabalhadores por conta própria também bateu recorde, totalizando 24,0 milhões.

Em paralelo, o mercado laboral com carteira assinada, medido pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho, do Ministério da Economia, gerou 351,06 mil vagas líquidas entre janeiro e maio de 2019, o que, se adicionadas as 529,6 mil abertas em 2018, equivaleria à recuperação de menos de 1/3 dos 2,882 milhões de postos fechados durante a fase de recessão, observada entre 2015 e 2017.

Ademais, 73,0% das contratações líquidas verificadas entre janeiro de 2018 e maio de 2019 e 70,0% das acontecidas entre janeiro e maio do corrente ano, couberam ao setor de serviços, cuja peculiaridade repousa na geração de empregos de menor qualidade e, por consequência, no reduzido poder de elevação dos salários médios vis a vis os ramos da indústria de transformação, por exemplo.

Para agudizar o cenário adverso, pesquisa da Confederação Nacional do Comércio (CNC) apontou impulso do endividamento e inadimplência das famílias brasileiras em maio de 2019. São 63,4% (10,24 milhões) das famílias com dívidas, 24,1% (3,86 milhões) com contas em atraso, em média de 63 dias, e 9,5% (1,58 milhões) sem qualquer possibilidade de quitação dos débitos. Em abril, as proporções eram de 62,7%, 23,9% e 9,5%, respectivamente.

O pior é que 78,6% dos brasileiros entrevistados pela CNC mencionaram possuir passivos no cartão de crédito, modalidade que, no rotativo, cobrava juros médios de 299,8% ao ano, também em maio de 2019, segundo acompanhamento mensal preparado pelo Banco Central (BC).

Por tudo isso, não constitui qualquer surpresa o decréscimo da intenção de consumo das famílias, igualmente avaliada pela CNC, pelo quarto mês seguido, em junho de 2019, chegando a 91,3 pontos, versus 98,5 pontos, em fevereiro de 2019. O índice varia entre zero e 200 pontos, denotando otimismo quando supera a marca de 100 pontos.

*78,6% dos brasileiros entrevistados pela CNC mencionaram possuir passivos no cartão de crédito em maio de 2019.*

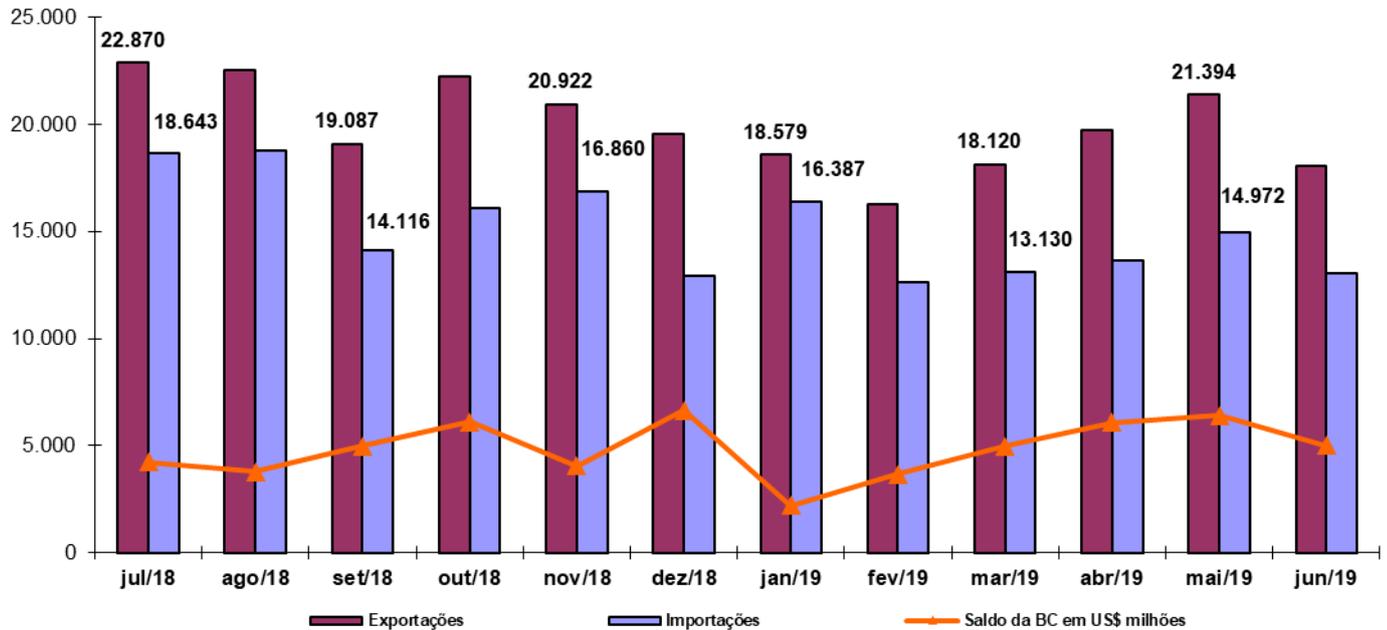
O mais preocupante, porém, constitui a deterioração da aprovação popular à administração do presidente Bolsonaro que, aferida pelos conceitos ótimo e bom em sondagem do Ibope, despencou, nos extremos, de 49,0%, em janeiro, para 32,0%, em junho de 2019, configurando a pior performance, em começo de primeiro mandato, entre os presidentes brasileiros eleitos desde 1990.

A virada desse jogo inóspito depende menos de posturas e providências mirabolantes, centradas na aposta cega de aprovação da complexa reforma da previdência, propagandeada nos gabinetes políticos e consultorias financeiras como produto indispensável à devolução da funcionalidade da máquina estatal e restauração de ondas de ânimo da iniciativa privada, e mais de incursões objetivas de flexibilização do sistema de impostos e barateamento do crédito, via ampliação da concorrência entre as instituições.

Em sendo isso feito, seria um extraordinário começo para a diminuição da ociosidade dos fatores (trabalho e capital) e das circunstâncias de operação informal da matriz de produção e transações e o resgate de trajetória ascendente das receitas públicas, sem a necessidade de elevação da carga tributária.

**Comércio Internacional.****Balança Comercial – (Junho/2019) - MDIC****Fato**

Em junho a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 5,02 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 18,05 bilhões e *importações* de US\$ 13,03 bilhões. No ano o *superávit* é de US\$ 27,13 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 110,90 bilhões, e *importações* de US\$ 83,77 bilhões. No mês, a *corrente do comércio* foi de US\$ 31,07 bilhões, e no ano US\$ 194,66 bilhões.



Fonte: MDIC

**Causa**

Utilizando o critério da média diária, com relação ao mesmo mês do ano anterior, as *exportações* apresentaram recuo de 0,8% e as *importações* crescimento de 0,5%. Pelo mesmo critério, na comparação com maio de 2019, houve queda de 1,7% nas *exportações* e aumento de 0,7% nas *importações*. A *corrente do comércio* registrou queda de 0,3% com relação ao mesmo mês do ano anterior e de 0,7% na comparação com maio de 2019.

Em junho de 2019, na comparação com igual mês do ano anterior, houve retração nas *exportações* de produtos *manufaturados*, 7,2% e *semimanufaturados*, 6,8%, por outro lado ocorreu avanço nas vendas de *básicos*, 10,7%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Hong Kong e Macau, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e México. Pelo mesmo critério de comparação, houve aumento de 13,1% nas *importações de combustíveis e lubrificantes* e de 10,3% nos *bens de capital*, 20,8%. Nas *importações de bens de consumo*, de *bens intermediários* ocorreu queda de 12,2% e 0,3%, respectivamente. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Hong Kong e Macau, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e Suíça.

No acumulado do ano, frente a igual período do ano anterior o recuo nas *exportações* foi de 1,8% determinada por aumento nos *produtos básicos*, 4,8% e *semimanufaturados*, 0,4% e queda em *manufaturados*, 4,7%. Nesta comparação as *importações* cresceram 0,8%, devido ao avanço em: *bens de capital*, 5,4% e *bens intermediários* 1,9%. Os *bens de consumo* tiveram queda de 6,4% e os *combustíveis e lubrificantes* de 0,9%. Ainda no acumulado do ano, os principais destinos das *exportações* brasileiras foram China, Hong Kong e Macau, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Alemanha e os nossos principais fornecedores foram, China, Hong Kong e Macau, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e Coreia do Sul.

**Consequências**

O *comércio exterior brasileiro* segue apresentando resultados positivos, porém o *saldo comercial* deverá ser inferior ao do ano anterior, dado o melhor desempenho das *importações* do que o das *exportações*.

## Atividade

### Produção Industrial Mensal (Abril/2019) – IBGE

#### Fato

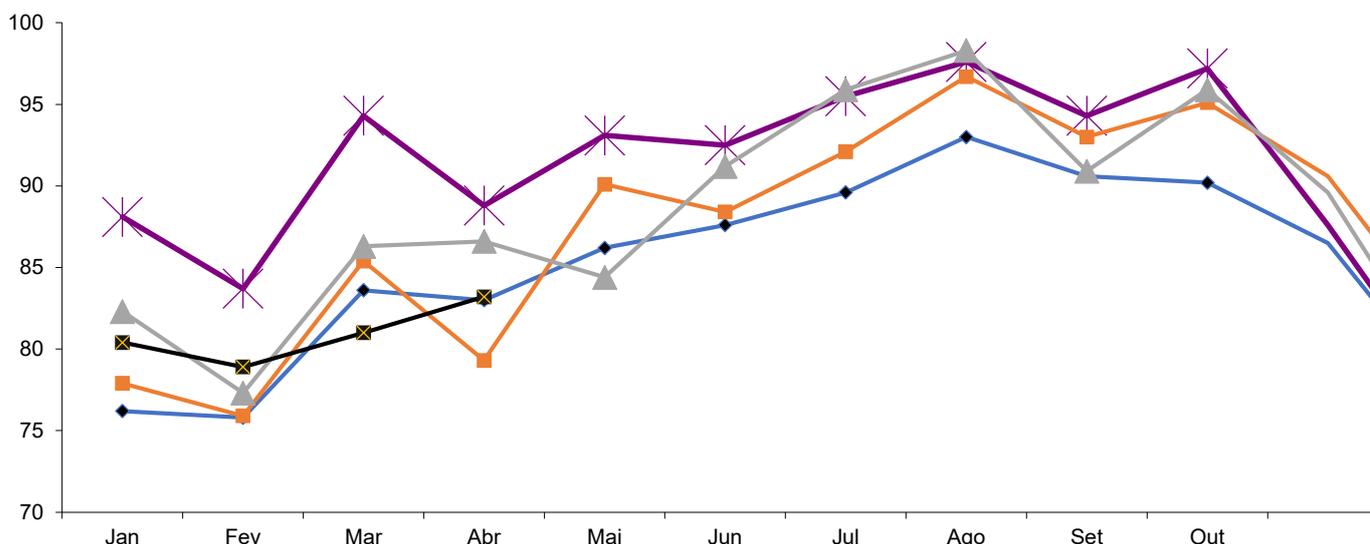
Em abril, a *produção industrial* avançou 0,3% na comparação com março. Frente a abril do ano passado houve recuo de 3,9%. No acumulado do ano a *produção industrial* caiu 2,7% e em doze meses 1,1%.

#### Causa

Na comparação com o mês anterior, por categoria de uso, o *setor de bens de consumo duráveis*, registrou o maior avanço, 3,4%, seguido pelos *bens de capital* 2,9% e pelos *bens de consumo semiduráveis e não-duráveis*, 2,6%. O segmento de *bens intermediários* foi o único que apresentou queda 1,4%.

Comparativamente a abril de 2018, o segmento de *bens intermediários* foi o que teve o maior recuo, 6,1%, com destaque para menor *de produtos associados às atividades de indústrias extrativas e de produtos alimentícios*. O segmento de *bens de consumo semiduráveis e não-duráveis* recuou 0,7%, com forte influência negativa de *álcool etílico e gasolina automotiva*. Os *bens de capital* reduziram a produção em 0,6%, influenciado em grande parte pelo recuo em *bens de capital para equipamentos de transporte*. Os *bens de consumo duráveis* foram os únicos que tiveram crescimento, 1,2%, decorrente principalmente das atividades de *eletrodomésticos da “linha branca” e automóveis*.

Produção Industrial BRASIL



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

#### Consequência

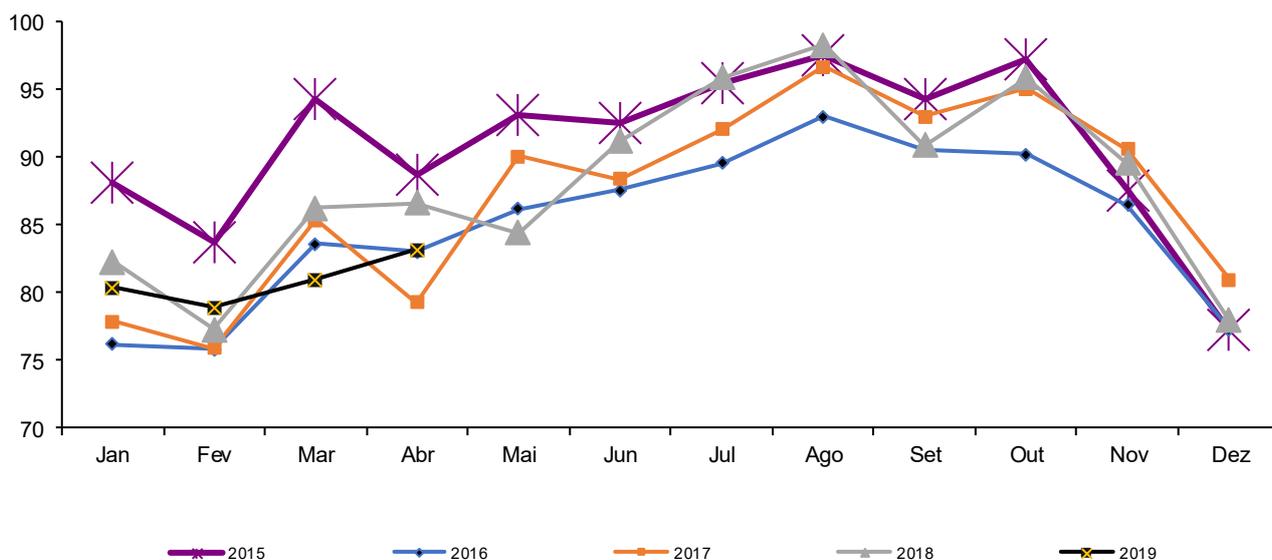
A indústria segue em tímido ritmo de recuperação e apresentando alguns sobressaltos, para os próximos períodos a expectativa é de continuidade no processo de lenta retomada.

### Pesquisa Industrial - Regional – (Abril/2019) - IBGE

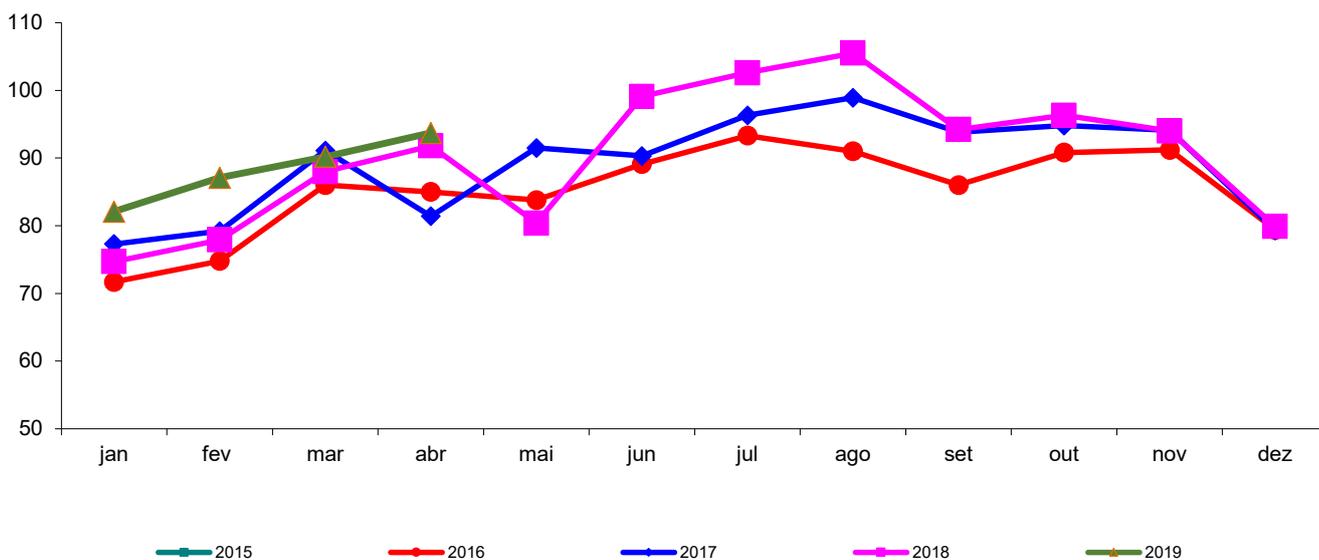
#### Fato

Entre março e abril, a *produção industrial* cresceu em dez dos quinze locais pesquisadas e na comparação com abril de 2018, nove dos quinze locais pesquisados registraram recuo. No **Paraná** a *produção industrial* cresceu 0,3% frente ao mês anterior, 2,1% na comparação com abril de 2018 e 3,1% no acumulado nos últimos doze meses.

### Produção Industrial BRASIL



### Produção Industrial PARANÁ



Fonte: IBGE Índice de base fixa sem ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100) (Número índice)

#### Causa

Na comparação com o mês anterior os locais que registraram os maiores aumentos na produção foram: Pernambuco, Bahia, Região Nordeste e Mato Grosso. As quedas ocorreram no Pará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Amazonas. Na comparação com abril de 2018, os maiores recuos foram em Pará, Espírito Santo e Minas Gerais. Os principais avanços ocorreram no Ceará, Rio Grande do Sul e Amazonas.

No **Paraná**, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o avanço atingiu sete dos treze setores pesquisados. O crescimento na produção foi principalmente condicionado por: *veículos automotores, reboques e carrocerias, máquinas e equipamentos e produtos alimentícios*. Por outro lado, as maiores quedas foram registradas em: *coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis e produtos de madeira*.

## Consequência

De maneira semelhante ao cenário nacional a *indústria paranaense* segue em recuperação lenta e gradual, devendo esta tendência se manter ao longo do ano.

## Atividade

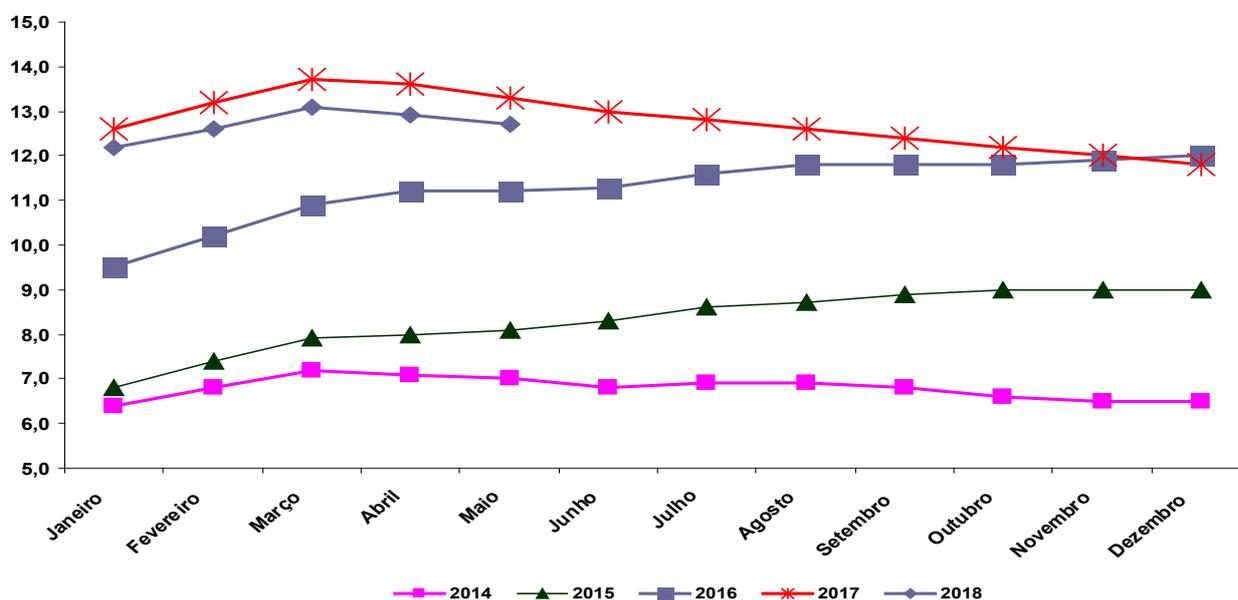
### PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre – mar-abr-maio de 2019) – IBGE

#### Fato

A *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio* apontou, para o trimestre encerrado em maio 2018, *taxa de desocupação* de 12,3%, com queda de 0,4 p.p. frente ao mesmo trimestre do ano anterior e estabilidade na comparação com o trimestre encerrado em fevereiro. A *taxa de subutilização* ficou em 25%, com crescimento de 0,4 p.p., em ambas as comparações. O *rendimento médio real habitualmente recebido* foi de R\$ 2.289 com recuos de 1,5% na comparação com o trimestre anterior e de 0,2% comparativamente ao trimestre encerrado em maio de 2018.

#### Causa

Neste trimestre havia 13,0 milhões de pessoas desocupadas, com estabilidade tanto na comparação com o trimestre encerrado em maio de 2018 como frente ao trimestre encerrado em fevereiro. O número de *pessoas ocupadas* foi estimado em 92,9 milhões, com crescimento de 1,2% frente ao trimestre encerrado em fevereiro e de 2,6% na comparação com o trimestre encerrado em maio de 2018.



## Consequência

Apesar do recuo no mês o *desemprego* ainda segue em patamar elevado, devendo apresentar lento e gradual recuo ao longo dos próximos meses.

## Atividade

### Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Maio/2019) – IBGE

#### Previsão da Safra de Grãos

#### Fato

Em maio, a estimativa da *safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas* foi de produção de 234,7 milhões de toneladas, 3,6% superior à safra de 2018 e 1,4%, acima da previsão de abril. A *área a ser colhida*, 62,6 milhões de hectares, está 2,7% acima do ano passado e 0,5% maior do que o previsto no mês anterior.

#### Causa

Na comparação com a produção de 2018, as três principais culturas, o *arroz, o milho e soja* que juntos representam 92,4% do total da *produção nacional*, registraram as seguintes variações, *soja* e *arroz*, recuos de 4,5% e 11,2%, respectivamente, por outro lado a produção de *milho* deve apresentar crescimento de 15,7%.

O *levantamento sistemático da produção agrícola*, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, registrou variação positiva para onze dos dezoito produtos analisados: *algodão herbáceo em caroço, amendoim em casca 1ª safra, aveia em grão, centeio, cevada em grão, feijão em grão 2ª safra, mamona em baga, milho em grão 1ª e 2ª safras, sorgo em grão e trigo em grão*.

Em sentido contrário, deverão apresentar redução na quantidade produzida: *amendoim em casca 2ª safra, arroz, feijão em grão 1ª e 3ª safras, girassol, soja e triticale em grão*. Regionalmente, a produção de *cereais, leguminosas e oleaginosas* está assim distribuída: Centro-Oeste 45,2%, Sul 33,2%, Sudeste 9,4%, Nordeste 8,2% e Norte 4,0%. O Estado do Mato Grosso do Sul, mantém a posição de liderança na *produção nacional de grãos*, com participação de 27,5%, seguido pelo **Paraná**, com 15,7%.

### Consequência

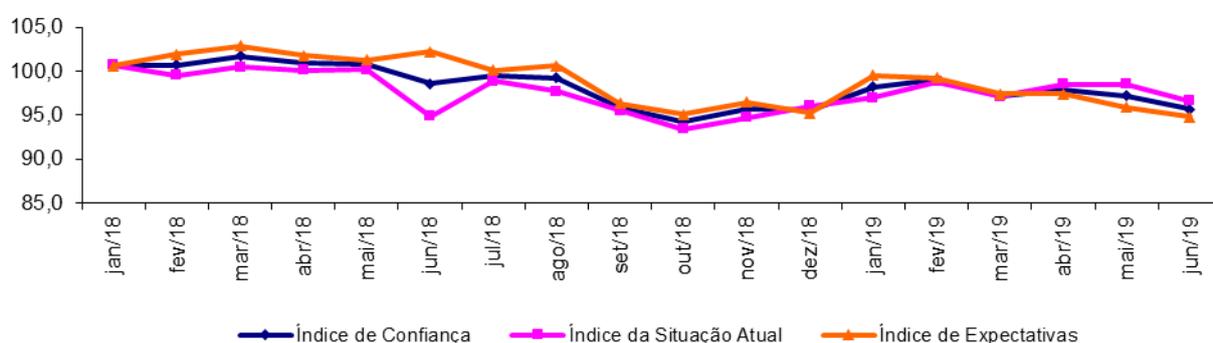
De acordo com *prognóstico das áreas plantadas*, realizado pelo **IBGE** em maio, a *safra de grãos* em 2018 será superior à produção obtida no ano anterior, estando este resultado condicionado às questões climáticas ao longo do ano.

### Atividade

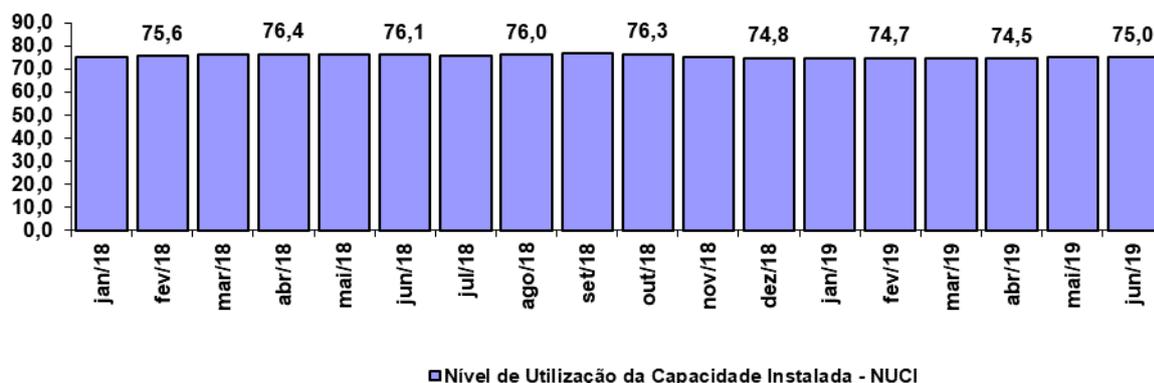
#### Sondagem da Indústria (Junho/2019) – FGV

#### Fato

Na passagem de maio para junho, o *Índice de Confiança da Indústria de Transformação ICI*, registrou recuo de 1,5 ponto, chegando a 95,7 pontos, o menor nível desde outubro de 2018. A verificação apresentou queda no *Índice da Situação Atual – ISA*, 1,9 ponto, e no *Índice de Expectativas – IE*, 1,1 pontos. O *Nível de Utilização da Capacidade Instalada – NUCI* diminuiu 0,3 p.p. chegando a 75%.



Fonte: FGV



Fonte: FGV

#### Causa

Em junho o *ISA* passou de 98,5 para 96,6 pontos. O quesito que mede o *nível de estoques* foi o principal determinante para a queda, combinando, aumento de 0,4 p.p na parcela de empresas que avaliam o *nível de estoques como excessivo* e redução de 0,4 p.p na parcela que julgam o *nível de estoques como insuficiente*. O indicador que mede o grau de satisfação com o *nível de demanda* recuou 2,4 pontos.

O *IE* recuou de 98,5 para 96,6 pontos, com a principal contribuição descendente oriunda do *ambiente dos negócios nos seis meses seguintes* que recuou 3,3 pontos, com a parcela das empresas que projetam *melhora* caindo 5,1 p.p. para 34,9% e a dos que esperam *piora* subindo 1,4 p.p., chegando a 13,2%.

#### Consequência

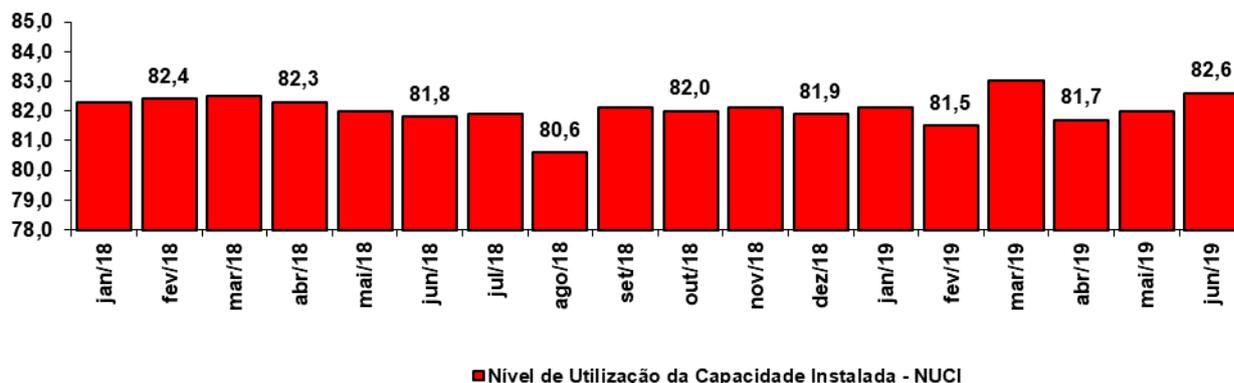
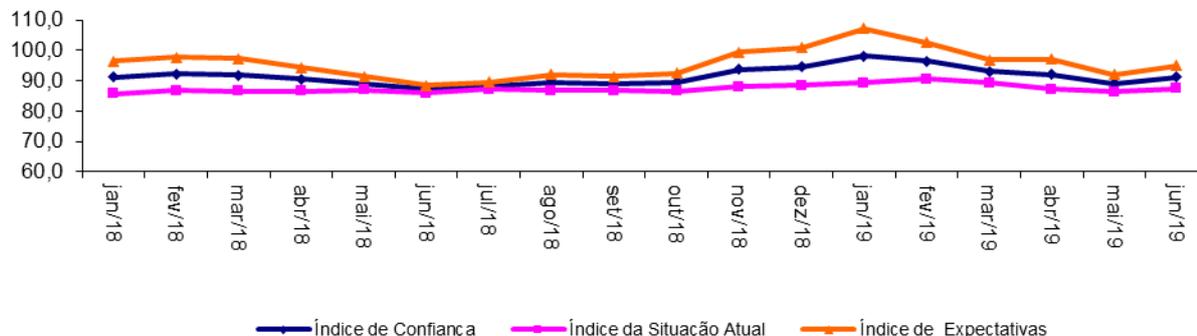
No mês, tanto a avaliação quanto a situação presente como com relação às expectativas, sendo que fica evidente o pouco otimismo com relação a uma melhora mais expressiva.

## Atividade

### Sondagem de Serviços (Junho/2019) – FGV

#### Fato

O *Índice de Confiança de Serviços - ICS* avançou 2,2 pontos na comparação com o mês anterior atingindo 91,2 pontos. Na mesma comparação, o *Índice da Situação Atual – ISA* cresceu 1,2 ponto passando de 86,3 para 87,5 pontos. O *Índice de Expectativas - IE* aumentou 3,0 pontos, atingindo 95,0 pontos. O *Nível de Utilização da Capacidade Instalada – NUCI* cresceu 0,6 p.p. chegando a 82,6%.



Fonte: FGV

#### Causa

No *ISA*, destacou-se a avaliação positiva sobre a *situação atual dos negócios*, com elevação de 1,0 ponto, atingindo 86,3 pontos. Nas *expectativas*, houve avanço no indicador que mede a *tendência dos negócios nos próximos seis meses e de demanda prevista nos três meses seguintes*, que avançaram 1,5 e 4,5 pontos, para 93,2 e 96,9 pontos, respectivamente.

#### Consequência

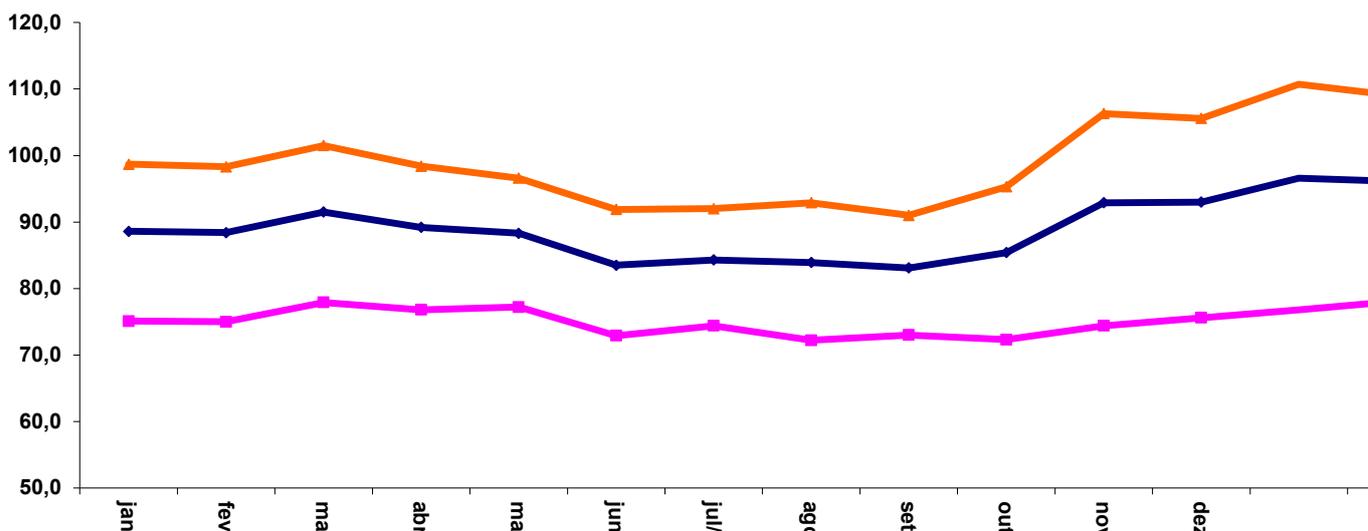
Apesar do aumento no mês o *setor de serviços* ainda apresenta uma percepção de carência de recuperação mais significativa, o que não deve ocorrer nos próximos meses.

## Atividade

### ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Junho/2019) – FGV

#### Fato

Entre os meses de maio e junho, o *ICC* avançou 1,9 ponto, passando de 86,6 para 88,5 pontos. O *índice da Situação Atual* manteve-se estável em 73,4 pontos. O *Índice das Expectativas* cresceu 3,2 pontos, de 96,5 para 99,7 pontos.



Fonte: FGV

### Causa

O indicador que mede o grau de satisfação com a economia recuperou 0,9 ponto, após três meses em queda, já as avaliações sobre a situação financeira das famílias voltaram a piorar, registrando queda de 0,8 ponto. Com relação aos próximos meses, os consumidores projetam melhora na situação financeira das famílias, com avanço de 8,1 pontos, atingindo 99,0 pontos, o maior nível desde março. No que tange à situação econômica futura, o indicador subiu 3,9 pontos, para 111,9 pontos.

### Consequência

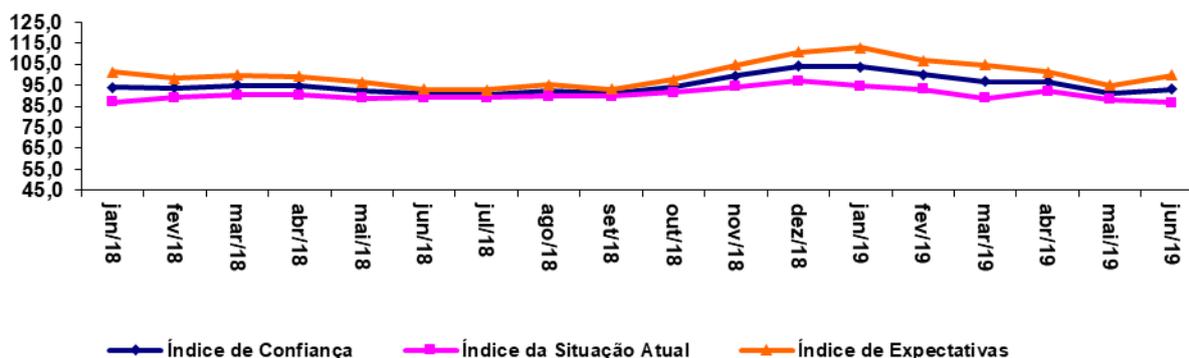
A confiança do consumidor volta a apresentar avanço, todavia o mercado de trabalho segue em lento processo de recuperação, não sendo esperadas variações muito intensas nos próximos meses.

### Atividade

#### Sondagem do Comércio (Junho/2019) – FGV

### Fato

O Índice de Confiança do Comércio - ICom avançou 1,8 ponto entre maio e junho, passando de 91,4 para 93,2 pontos, primeiro resultado positivo no ano. O Índice da Situação Atual – ISA caiu de 1,5 ponto, chegando a 86,8 pontos e o Índice de Expectativas - IE cresceu 5,1 pontos, atingindo 99,9 pontos.



Fonte: FGV

### Causa

Mesmo com o resultado positivo no mês, o fechamento dos dois últimos trimestres foi negativo, algo que não acontecia desde 2015, sendo influenciado pela volatilidade das expectativas nos últimos meses. Assim, o ritmo de vendas no primeiro semestre continuou fraco.

## Consequência

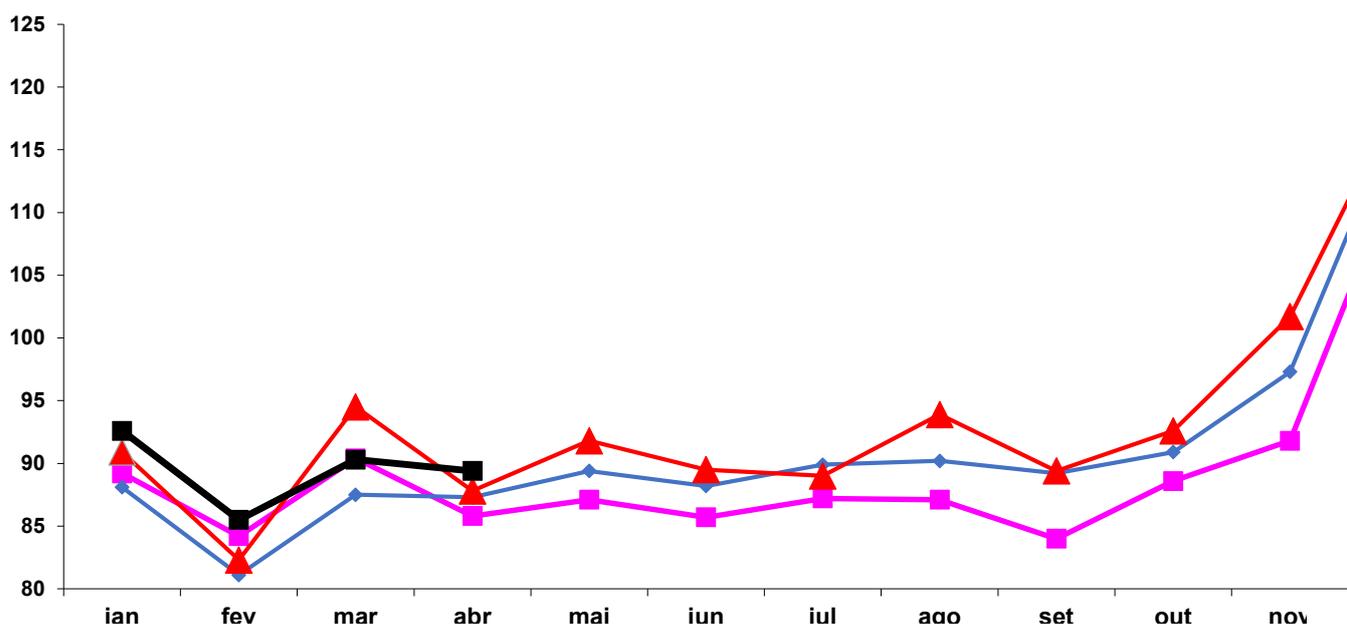
Apesar da melhora no mês o setor segue cercado de incertezas, afetado por fortes volatilidades, todavia em gradual ritmo de recuperação.

## Atividade

### Pesquisa Mensal do Comércio (Abril/2019) – IBGE

#### Fato

No mês de abril, o *volume de vendas do comércio varejista*, com ajuste sazonal, frente ao mês anterior, recuou 0,6% e a *receita nominal* caiu 0,3%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foram de positivos 1,7% sobre abril de 2018 e 1,4% no acumulado dos últimos doze meses. A *receita nominal* obteve taxas de 7,1% com relação à igual mês de 2018 e 5,2% no acumulado em doze meses. No *varejo ampliado*, as taxas de variação para o *volume de vendas* foram: estabilidade frente ao mês anterior, crescimento de 3,1% no confronto com abril de 2018 e 3,5% no acumulado dos últimos doze meses. Na *receita nominal* as variações foram queda de 0,1% frente ao mês anterior, 7,4% comparativamente ao mesmo mês do ano anterior e 6,5% no acumulado em doze meses.



Fonte: IBGE - Índices de volume de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

#### Causa

Na série ajustada do *comércio varejista*, calculada com relação ao mês anterior, cinco das oito atividades pesquisadas tiveram resultado negativo no *volume de vendas*. As maiores taxas negativas foram em: *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 1,8% e *Tecidos, vestuário e calçados* 5,5%. Nesta comparação as atividades que apresentaram crescimento foram: *Móveis e eletrodomésticos*, 1,7%, *Combustíveis e lubrificantes*, 0,3% e *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 4,3%. No *comércio varejista ampliado*, houve avanço de 0,2% em *Veículos, e motos, partes e peças* e de 1,4% em *Material de construção*.

Comparativamente a abril de 2018 as contribuições positivas para a taxa global foram em: *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 13,4%, *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 1,6% e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 3,8%. Por outro lado, cinco atividades apresentaram queda: *Combustíveis e lubrificantes*, 3,6%, *Tecidos, vestuário e calçados* 3,2%, *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 25,6%, *Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação*, 10,5% e *Móveis e eletrodomésticos*, 0,1%. No *comércio varejista ampliado*, *Veículos, motos, partes e peças* teve crescimento de 6,9% e *Material de Construção*, 4,1%.

## Consequência

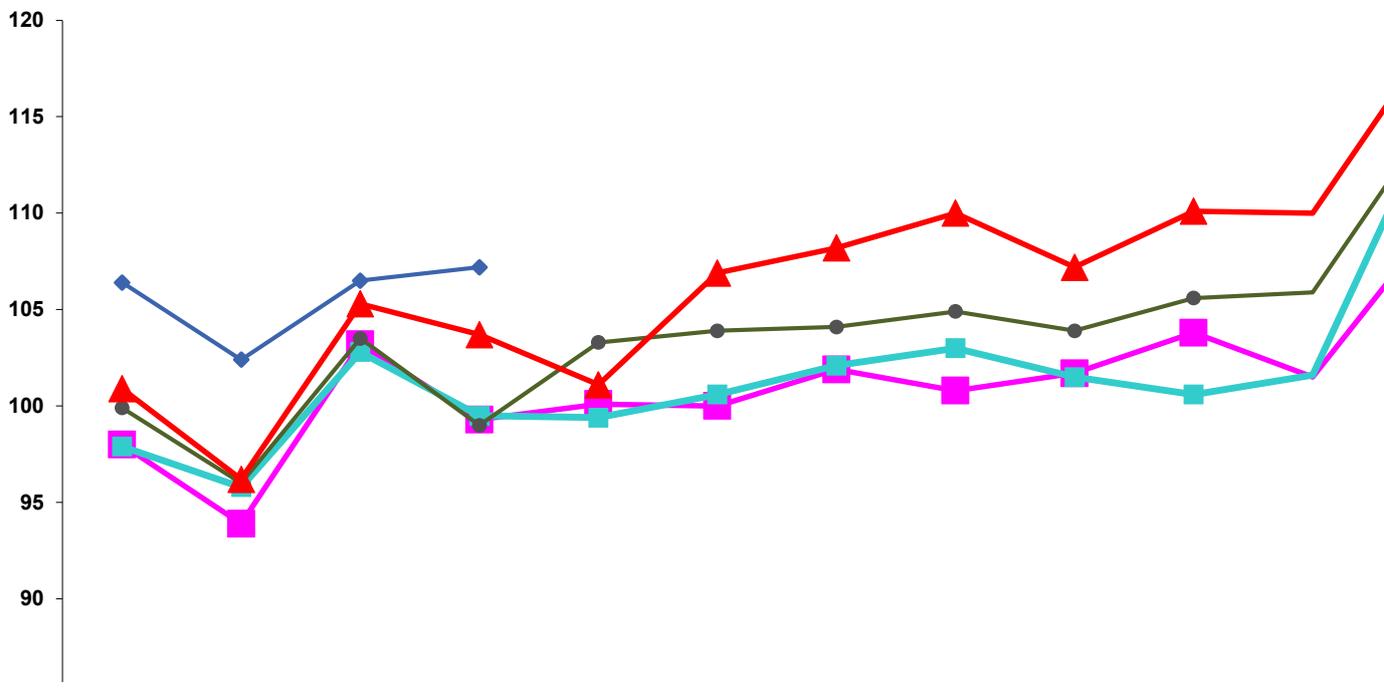
O comércio varejista segue patamar baixo e a recuperação demora a ganhar alguma intensidade, devendo seguir esta tendência nas próximas apurações.

## Atividade

### Pesquisa Mensal de Serviços (Abril/2019) – IBGE

#### Fato

No mês de abril o *setor de serviços* registrou crescimento de 0,3% na comparação com o mês anterior. Frente a igual mês do ano anterior, o *volume dos serviços* caiu 0,7%. No acumulado do ano a taxa ficou em 0,6% e no acumulado em doze meses 0,4%. No que se refere à *receita nominal*, ocorreu aumento de 0,8% frente ao mês imediatamente anterior, 3,4% no confronto com abril de 2018, crescimento de 4,0% em 2018 e 3,4% no acumulado em doze meses.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

#### Causa

No confronto com abril de 2018, duas dos cinco segmentos apresentaram recuo no volume de serviços. As quedas foram em: *Transportes, Serviços Auxiliares dos Transportes e Correio*, 5,0% e *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares*, 0,8%. As contribuições positivas foram de *Serviços de Informação e Comunicação*, 2,1%, *Serviços Prestados às Famílias*, 3,6% e *Outros Serviços*, 1,2%. O agregado especial das *Atividades Turísticas* apresentou estabilidade nesta comparação.

#### Consequência

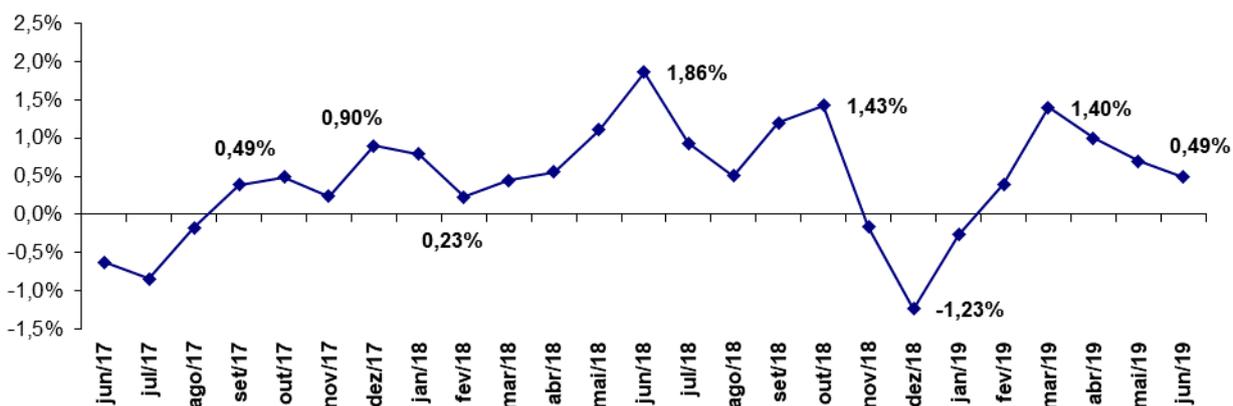
O fraco crescimento no mês espelha a trajetória de recuperação do setor, que deve permanecer nos próximos meses, embora gradual e sujeita a contratemplos.

## Inflação

### IGP-10 (Jun/2019) – FGV

#### Fato

O IGP-10 registrou variação de 0,49% em junho, crescendo 0,21 p.p. com relação a maio. No acumulado em doze meses à variação é de 6,57%.



Fonte: FGV

### Causa

No mês de junho, dentre os componentes do **IGP**, o **IPA**, diminuiu 0,12 p.p., apresentando variação de 0,72%. Neste, o grupo que teve o maior desaquecimento foi os *Bens Finais*, com variação negativa de 0,95%, 1,72 p.p. abaixo do registrado em maio. Contribuiu para esta retração o subgrupo *alimentos in natura*. Os *Bens Intermediários* tiveram variação de 0,75%, 0,20 p.p. menor do que a variação de maio, com destaque para *combustíveis e lubrificantes*. Por outro lado, as *Matérias-Primas Brutas* tiveram avanço de 1,89 p.p., com variação de 2,67%, sendo a aceleração foi originada em *soja, milho e minério de ferro*.

O **IPC** registrou variação de 0,2%, 0,45 p.p. abaixo da variação do mês anterior. A principal variação no sentido descendente partiu do grupo *Alimentação* principalmente em decorrência de *hortaliças e legumes*. Também registraram variação menor em junho: *Transportes, Saúde e Cuidados Pessoais, Despesas Diversas, Comunicação e Vestuário*. O **INCC** teve desaceleração, 0,27 p.p., com recuo em todos os grupos.

### Consequência

Pelo terceiro mês consecutivo o **IGP-10** apresentou desaquecimento, neste mês forte influência dos *alimentos in natura*.

### Inflação

#### IGP-M (Junho/2019) – FGV

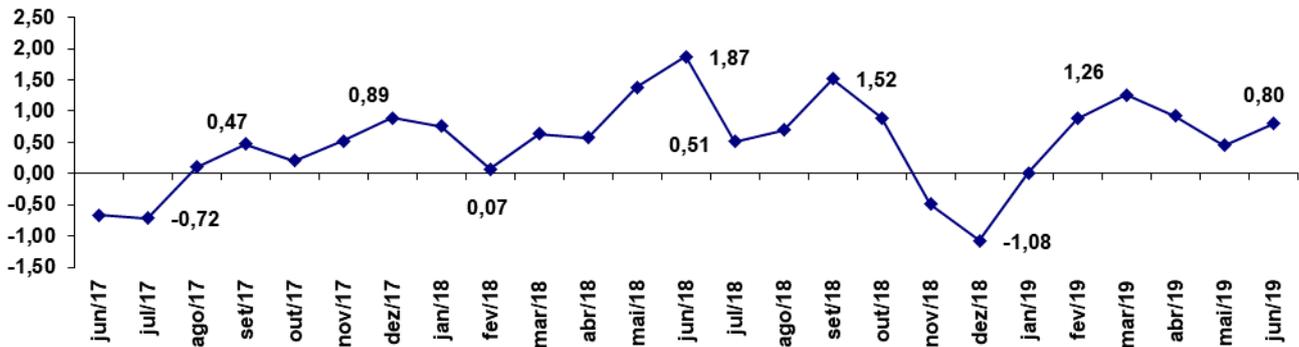
### Fato

O **IGP-M** registrou variação de 0,80%, em junho, com avanço de 0,35 p.p. frente ao mês anterior. Em doze meses o acumulado é de 6,51%, e no ano 4,38%.

### Causa

Dos índices que compõe o **IGP-M**, o **IPA** que representa 60% na composição deste, teve crescimento de 0,62 p.p., atingindo variação de 1,16% em junho. O maior avanço foi decorrente de *Matérias-Primas Brutas*, com expansão de 3,57 p.p. no mês e variação de 4,24%, com destaque para *soja, minério de ferro e milho*. Os *Bens Intermediários* apresentaram variação 0,57 p.p. menor, com a maior contribuição descendente em *combustíveis e lubrificantes para produção* e os *Bens Finais* tiveram variação 0,71 p.p. menor e a desaceleração foi decorrente principalmente de *combustíveis para consumo*.

O **IPC** registrou recuo de 0,42 p.p. nos preços, com a principal contribuição descendente vindo do grupo *Transportes*, consequência da queda nos preços da *gasolina*. Também tiveram decréscimo em suas taxas de variação os grupos, *Alimentação, Saúde e Cuidados Pessoais, Habitação e Despesas Diversas*. O **INCC** registrou variação de 0,44%, com avanço de 0,35 p.p., decorrente de aceleração em *Serviços*, 0,11 p.p. e em *Mão de Obra*, 0,71 p.p. e retração em *Materiais e Equipamentos*, 0,11 p.p.



Fonte: FGV

### Consequência

O índice apresentou forte aceleração no mês, decorrente da expressiva variação nos preços de algumas *commodities*, como *soja*, *milho* e *minério de ferro*.

### Inflação

#### IGP-DI (Maio/2019) – FGV

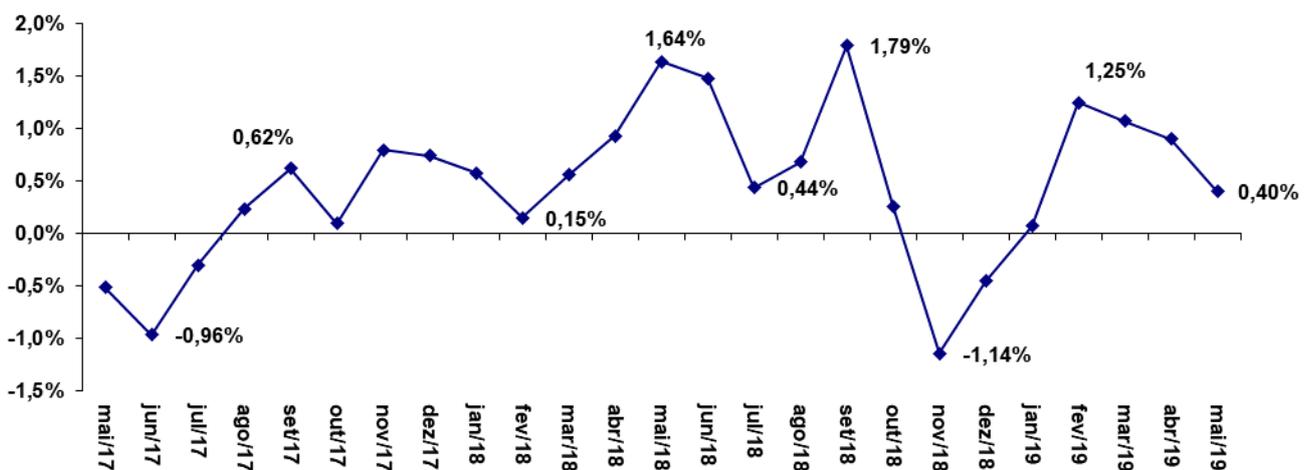
#### Fato

O Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - **IGP-DI** registrou variação de 0,40% em maio, desacelerando 0,90 p.p. frente ao mês anterior. Nos últimos doze meses, o índice acumula alta de 6,93%.

#### Causa

Na composição do **IGP-DI**, o **IPA** diminuiu sua taxa de variação em 0,57 p.p., atingindo 0,52%. Os *Bens Finais* foram os principais responsáveis pelo recuo, com desaceleração de 1,86 p.p., sendo o principal responsável por este movimento subgrupo *alimentos in natura*. As *Matérias-Primas Brutas* registraram variação 0,26 p.p. maior do que no mês anterior, com destaque para *cana-de-açúcar*, *minério de ferro* e *soja*. Os *Bens Intermediários* aumentaram a taxa de variação em 0,04 p.p., por conta de *combustíveis e lubrificantes para produção*.

No **IPC** houve desaquecimento de 0,14 p.p., decorrente da desaceleração nos preços do grupo *Transportes*, em decorrência da menor variação do item *tarifa de ônibus urbano*. Também apresentaram menor variação: *Educação, Leitura e Recreação, Saúde e Cuidados Pessoais, Despesas Diversas e Comunicação*. O **INCC** registrou desaceleração de 0,35 p.p., os *Materiais e Equipamentos* foram de 0,63% para 0,05%, os *Serviços* de 0,42% para 0,12% e a *Mão de Obra* teve variação de 0,10% frente a 0,27% no mês anterior.



Fonte: FGV

### Consequência

O **IGP-DI** apresentou recuo pelo terceiro mês consecutivo, principalmente pelo comportamento dos preços dos *Bens Finais*, podendo impactar os *preços ao consumidor* nos próximos meses.

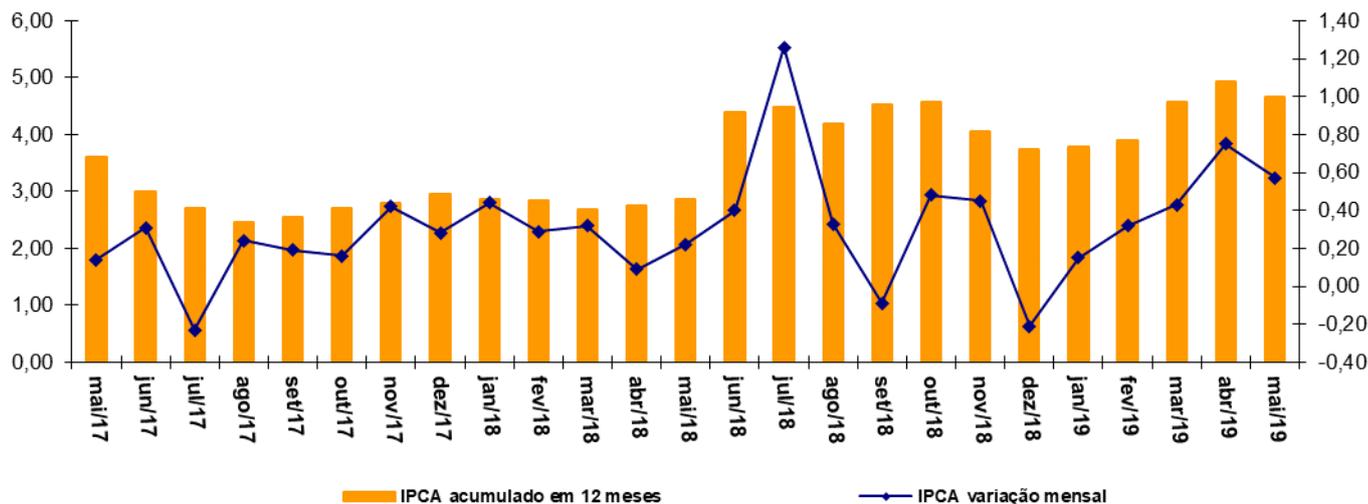
## Inflação IPCA (Maio/2019) – IBGE

### Fato

O **IPCA** variou 0,13% em maio, 0,44 p.p. abaixo da variação de abril. O índice acumulado em doze meses é de 4,66%, inferior ao registrado nos doze meses imediatamente anteriores, 4,94%. No ano, o acumulado ficou em 2,22%. Em **Curitiba** o índice caiu 0,60 p.p., registrando deflação de 0,03% em maio. Os valores acumulados foram de 1,60% no ano e 4,01% em doze meses.

### Causa

Dos nove grupos pesquisados, quatro apresentaram deflação em maio, Alimentação e Bebidas, 0,56% com recuo de 1,19 p.p. representou a maior contribuição negativa, com destaque para *tomate*, *feijão-carioca*, e *frutas*, as demais variações negativas foram em *Artigos de Residência*, 0,10%, *Educação*, 0,04% e *Comunicação*, 0,03%. Por outro lado, as maiores altas foram em *Habitação*, 0,98% e *Saúde e Cuidados Pessoais*, 0,59%.



Fonte: IBGE

### Consequência

A exemplo de outros índices de preço, o **IPCA** registrou recuo no mês, tendência que deve se manter nas próximas apurações.

## Inflação IPCA - 15 (Junho/2019) – IBGE

### Fato

O **IPCA - 15** registrou variação de 0,06% em junho, diminuindo 0,29 p.p. com relação a maio. Nos últimos doze meses o acumulado é de 3,84% e no ano 2,33%. Em **Curitiba**, o índice foi de 0,04%, 0,28 p.p. abaixo do registrado em maio, acumulando variação de 3,26% em doze meses.

### Causa

No mês, o grupo *Alimentação e Bebidas* apresentou deflação de 0,64%, exercendo o impacto negativo mais intenso no mês, 0,16 p.p., com destaque para queda nos preços do *feijão-carioca*, *tomate*, *feijão-mulatinho*, *batata-inglesa*, *feijão-preto* e *frutas*. Pelo lado das altas os destaques foram *Saúde e Cuidados Pessoais*, 0,58% e *Habitação*, 0,52%.

### Consequência

O recuo no mês retrata a trajetória mais comportada dos preços, que terão impacto também nos valores acumulados, podendo influenciar para uma Política mais flexível no que tange a *taxa básica de juros*.

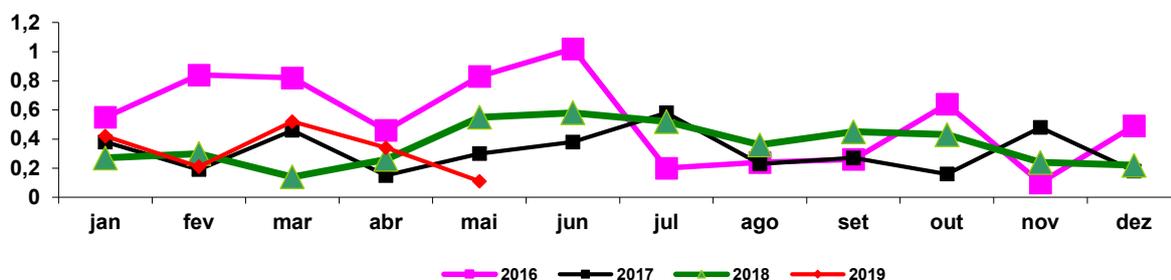
## Inflação

### Custos e Índices da Construção Civil (Maio/2019) – IBGE - Caixa Econômica Federal

#### Fato

O *Índice Nacional da Construção Civil* variou 0,11% em maio, 0,23 p.p. abaixo da variação de abril. Em doze meses, o acumulado é de 4,49%. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.130,67 em abril, para R\$ 1.131,89 em maio, sendo R\$ 592,48 relativos aos *materiais* e R\$ 539,41 à *mão-de-obra*.

No **Estado do Paraná**, as variações foram de 0,02% no mês, 1,73% no ano e de 5,55% em doze meses e o *Custo Médio* atingiu R\$ 1.151,43.



Fonte: IBGE e CAIXA

#### Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,39%, 0,06 p.p. acima do índice de abril e a componente *mão-de-obra*, recuou 0,57 p.p., passando de 0,36% em abril para negativos 0,21% em maio. No mês as variações regionais foram: 0,23% na Região Norte, 0,23% na Região Nordeste, 0,03% no Sudeste, negativos 0,13% no Centro-Oeste e 0,16% no Sul. Ainda na verificação regional, os *custos* foram os seguintes: Sudeste, R\$ 1.181,12, Sul, R\$ 1.177,85, Norte, R\$ 1.137,65, Centro-Oeste, R\$ 1.130,22 e Nordeste R\$ 1.052,90.

#### Consequência

O recuo ocorrido no mês foi principalmente causado pela variação negativa em todos os estados da Região Centro-Oeste. O Estado do Acre, foi o que apresentou a maior variação mensal, 0,56%.

## Inflação

### IPP - Índices de Preço ao Produtor (Abril/2019) – IBGE

#### Fato

O IPP apresentou variação de 1,27% em abril, ficando, portanto, 0,32 p.p. inferior à variação do mês anterior. No acumulado em 12 meses a variação atingiu 8,61% e no ano a variação foi de 2,57%.

#### Causa

Na comparação com o mês anterior, as quatro maiores variações foram em *refino de petróleo e produtos de álcool, indústrias extrativas, metalurgia e móveis*. Ainda na comparação com o mês anterior as maiores influências foram *refino de petróleo e produto de álcool, alimentos, indústrias extrativas e metalurgia*.

No indicador acumulado do ano, sobressaíram-se as variações positivas em *refino de petróleo e produtos de álcool, indústrias extrativas, outros produtos químicos, e confecção de artigos do vestuário e acessórios*. No ano as maiores influências vieram de *refino de petróleo e produtos de álcool, indústrias extrativas, outros produtos químicos, e veículos automotores*.

#### Consequência

O elevado patamar que os preços ao produtor que vem apresentando ao longo do ano, devem se configurar em maiores *pressões inflacionárias* por meio do maior repasse para os *preços no varejo*.

## Operações de Crédito

### Nota à Imprensa (Maio/2019) - BACEN

#### Fato

O estoque *das operações de crédito do sistema financeiro* atingiu R\$ 3.287 bilhões em maio. A relação entre o *crédito total e o PIB* manteve-se cresceu 0,1 p.p. no mês e 0,4 p.p. na comparação com maio de 2018. A *taxa média geral de juros das operações de crédito do sistema financeiro*, computadas as operações com *recursos livres e direcionados* alcançou 25,2% a.a. e a *taxa de inadimplência* cresceu 0,03 p.p. chegando a 3,04%.

## Causa

O volume total das operações de crédito em abril apresentou expansão de 0,6% no mês e 5,5% em doze meses. Os empréstimos contratados com recursos livres, atingiram R\$ 1.811 bilhões, crescendo 1,4% no mês e 12,9% com relação a maio de 2018. No segmento de *peessoa jurídica*, houve avanço de 1,2% no mês chegando à R\$ 809 bilhões. Os empréstimos realizados às *peessoas físicas* aumentaram 1,6% no mês atingindo R\$ 1.001 bilhões.

No crédito direcionado houve recuo de 0,5 p.p. no mês e de 1,4% em doze meses, chegando a R\$ 1.475 bilhões. Esse desempenho resultou de acréscimos de 0,1% para *peessoas físicas*, atingindo R\$ 861 bilhões e declínio de 1,3% nos financiamentos a *peessoas jurídicas*, chegando à R\$ 615 bilhões.

As *taxas médias geral de juros* tiveram redução de 0,1 p.p. no mês e avanço 0,4 p.p. em frente ao mesmo mês do ano anterior. A taxa alcançou 38,5% a.a. no crédito livre e 8,4% a.a. no crédito direcionado. Para *peessoa física* a taxa média de juros atingiu 31,5% a.a. Nas *peessoas jurídicas*, a taxa chegou a 15,7% a.a.

A taxa de inadimplência do sistema financeiro chegou em 3,04%, com avanço de 0,3 p.p. no mês e 0,26 p.p. no confronto com maio de 2018. A taxa de inadimplência situou-se em 2,55% para *peessoas jurídicas* e 3,41% para *peessoas físicas*.

## Consequência

O volume de crédito tem apresentado crescimento gradual na relação com o PIB. Ao longo do ano o indicador deverá seguir neste ritmo, refletindo a *lenta retomada da atividade econômica*.

## Setor Externo

### Nota à Imprensa (Maio/2019) - BACEN

#### Fato

Em abril, as *Transações Correntes* registraram *superávit* de US\$ 662 milhões. As *reservas internacionais* aumentaram US\$ 2,4 bilhões, totalizando US\$ 386,2 bilhões e a *dívida externa* somou US\$ 322 bilhões, diminuindo US\$ 3,90 bilhões na comparação com março.

#### Causa

Nos últimos doze meses as *Transações Correntes* registraram déficit de US\$ 13,9 bilhões. Os Investimentos Diretos no País somaram ingressos líquidos de US\$ 7,1 bilhões, acumulando US\$ 96,6 bilhões, equivalente a 5,19% do PIB, nos últimos doze meses. A conta de serviços registrou déficit de US\$ 3,0 bilhões no mês. As *despesas líquidas de renda primária* atingiram US\$ 2,5 bilhões no mês, com *despesas líquidas de lucros* da ordem de US\$ 1,7 bilhão e a de *despesas líquidas de juros* US\$ 775 milhões. A *conta de renda secundária* apresentou *ingressos líquidos* de US\$ 449 milhões.

O crescimento das *reservas*, durante o mês de maio foi consequência, principalmente, de *variações por preços e receita de juros*. No mês, a *dívida externa* de médio e longo prazo somou US\$ 252,90 bilhões e a de curto prazo US\$ 69,58 bilhões.

#### Consequência

Decorrente do *desaquecimento da atividade econômica interna* e da *desvalorização do real* as *Transações Correntes* vêm apresentando redução no *déficit*.

## Política Fiscal

### Nota à Imprensa (Maio/2019) - BACEN

#### Fato

Em maio, o *setor público não financeiro* registrou *déficit primário* de R\$ 13 bilhões. No acumulado no ano o *superávit* atingiu R\$ 6,96 bilhões, e considerando o fluxo de doze meses o *déficit* é de R\$ 100,36 bilhões (1,44% do PIB). A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 3.811,6 bilhões (54,7% do PIB), aumentando 0,3 p.p. do PIB no confronto com o mês anterior. No ano, a *relação dívida líquida/PIB* registrou avanço correspondente a 0,6 p.p. do PIB. O *montante dos juros apropriados* atingiu R\$ 34,5 bilhões, no mês, e R\$ 384,4 bilhões, em doze meses (5,52% do PIB). O *resultado nominal* registrou *déficit* de R\$ 47,6 bilhões no mês e R\$ 484,7 bilhões, 6,96% do PIB em doze meses.

#### Causa

Na composição do *déficit primário*, no mês, o *Governo Central*, registrou déficit de R\$ 13,2 bilhões e as *empresas estatais* de R\$ 1,1 bilhão, por outro lado os *governos regionais* registraram *superávit* de R\$ 1,2 bilhão. Com relação aos *juros apropriados* em doze meses, como *proporção do PIB*, houve redução de 0,26 p.p. em relação a maio de 2018. Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como percentual do PIB, no ano, a elevação foi consequência da *incorporação dos juros nominais*, por outro lado contribuiu para diminuir esta relação o *superávit primário*, a *desvalorização cambial*, o *ajuste da paridade da cesta de moedas* e o *crescimento do PIB nominal*.

#### Consequência

Ainda que exista um esforço para a *recuperação fiscal*, a *dívida* cresceu com relação ao PIB e para os próximos períodos é ainda não é esperada *recuperação* na geração de *superávit primário nos valores acumulados em doze meses*.

**EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2019-2023**

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2019	0,90	6,23	3,81	3,82
2020	2,26	6,00	3,78	3,90
2021	2,52	7,00	3,81	3,80
2022	2,48	7,22	3,86	3,70
2023	2,40	7,17	3,91	3,66

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 28/06/2019 Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

**DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL - MAIO 2009-2019**

ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2009	26,78	-0,68	12,72	0,83	39,65
2010	27,91	-1,25	11,66	0,66	38,98
2011	26,73	-1,2	11,14	0,61	37,28
2012	22,73	-1,1	10,55	0,56	32,74
2013	21,73	-1,29	10,49	0,6	31,53
2014	20,94	-1,03	10,58	0,58	31,08
2015	22,24	-2,11	11,52	0,74	32,39
2016	28,94	-2,8	12,1	0,91	39,15
2017	38,38	-2,82	11,61	0,88	48,05
2018	40,95	-2,82	12,29	0,95	51,37
2019	44,02	-2,77	12,56	0,91	54,72

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.  
Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

**VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – MAIO/2019**

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	27.675	70,24	39.403	27,82	99.461	2,05	1.347.304
DESLIGAMENTOS	27.211	70,03	38.855	27,76	98.030	2,07	1.315.164
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	677.256	70,02	967.265	26,01	2.603.794	1,76	38.410.428
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	154.704	72,06	214.681	23,56	656.665	1,88	8.214.037
VARIAÇÃO ABSOLUTA	464		548		1.431		32.140

FONTE: CAGED  
OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

**VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – MAIO/2019**

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	3.433	8,71	39.403	3,45	99.461	0,25	1.347.304
DESLIGAMENTOS	3.379	8,7	38.855	3,45	98.030	0,26	1.315.164
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	88.517	9,15	967.265	3,4	2.603.794	0,23	38.410.428
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.959	6,97	214.681	2,28	656.665	0,18	8.214.037
VARIAÇÃO ABSOLUTA	54		548		1.431		32.140

FONTE: CAGED  
OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

**VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – MAIO/2019**

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.800	4,57	39.403	1,81	99.461	0,13	1.347.304
DESLIGAMENTOS	1.544	3,97	38.855	1,58	98.030	0,12	1.315.164
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	37.024	3,83	967.265	1,42	2.603.794	0,1	38.410.428
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.713	2,66	214.681	0,87	656.665	0,07	8.214.037
VARIAÇÃO ABSOLUTA	256		548		1.431		32.140

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

**EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) -JUL/2018 – JUN/2019**

DIA	JAN/19	FEV/19	MAR/19	ABR/19	MAI/19	JUN/19	JUL/18	AGO/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/18
1			94.603,75	96.054,45				79.301,65		78.623,66	88.419,05	
2	91.012,31			95.386,76	95.527,62		72.839,74	79.636,69		81.612,28		
3	91.564,25			94.491,48	96.007,89	97.020,48	73.667,76	81.434,98	76.192,74	83.273,40		89.820,09
4	91.840,79	98.588,63		96.313,06		97.380,28	74.743,12		74.711,80	82.952,81		88.624,45
5		98.311,20		97.108,17		95.998,75	74.553,06		75.092,27	82.321,52	89.598,16	89.039,80
6		94.635,57	94.216,87		95.008,66	97.204,85	75.010,39	81.050,76	76.416,02		88.668,92	88.846,49
7	91.699,05	94.405,59	94.340,17		94.388,73	97.821,26		80.346,53			87.714,35	88.115,08
8	92.031,86	95.343,10	95.364,85	97.369,29	95.596,61			79.151,70		86.083,92	85.620,14	
9	93.613,04			96.291,79	94.807,85			78.767,99		86.087,55	85.641,22	
10	93.805,93			95.953,45	94.257,56	97.466,69	74.862,38	76.514,36	76.436,36	83.679,12		85.914,71
11	93.658,31	94.412,91	98.026,62	94.754,70		98.960,00	74.398,55		74.656,51	82.921,08		86.419,58
12		96.168,40	97.828,03	92.875,00		98.320,88	75.856,23		75.124,81		85.524,70	86.977,46
13		95.842,40	98.903,88		91.726,54	98.773,70	76.594,36	77.496,46	74.686,68		84.914,11	87.837,59
14	94.474,13	98.015,09	98.604,67		92.092,44	98.040,06		78.602,12	75.429,10		85.973,06	87.449,51
15	94.055,72	97.525,91	99.136,74	93.082,97	91.623,44			77.077,50		83.359,77		
16	94.393,07			94.333,31	90.024,47		76.652,59	76.818,72		85.717,57	88.515,27	
17	95.351,09			93.284,75	89.992,73	97.623,25	78.130,30	76.028,51	76.788,86	85.763,96		86.399,68
18	96.096,75	96.509,89	99.993,92	94.578,26		99.404,39	77.362,64		78.313,97	83.847,12		86.610,50
19		97.659,15	99.588,37			100.303,41	77.486,84		78.168,66	84.219,75	87.900,84	85.673,53
20		96.544,81	98.041,37		91.946,19		78.571,29	76.327,89	78.116,02			85.269,30
21	96.009,77	96.932,27	96.729,08		94.484,63	102.012,64		75.180,40	79.444,29		87.268,80	85.697,16
22	95.103,38	97.885,60	93.735,15	94.588,06	94.360,66			76.902,31		85.596,70	87.477,44	
23	96.558,42			95.923,24	93.910,03		77.996,12	75.633,77		85.300,04	86.230,23	
24	97.677,19			95.045,43	93.627,80	102.062,33	79.154,99	76.262,24	77.984,19	83.063,56		
25		97.239,90	93.662,01	96.552,03		100.092,95	80.218,05		78.630,15	84.083,51		
26		97.602,50	95.306,82	96.236,04		100.688,63	79.405,34		78.656,16	85.719,88	85.546,51	85.136,11
27		97.307,31	91.903,40		94.864,25	100.723,97	79.866,11	77.929,69	80.000,09		87.891,18	85.460,21
28	95.443,88	95.584,35	94.388,940		96.392,76	100.967,20		77.473,18	79.342,43		89.250,83	87.887,27
29	95.639,33		95.414,55	96.187,75	96.566,55			78.388,84		83.796,71	89.709,57	
30	96.996,21			96.353,33	97.457,36		80.275,60	76.404,10		86.885,71	89.504,03	
31	97.393,74				97.030,32		79.220,44	76.677,53		87.423,55		
<b>MÍNIMO</b>	<b>91.012,31</b>	<b>94.405,59</b>	<b>91.903,40</b>	<b>94.491,48</b>	<b>89.992,73</b>	<b>95.998,75</b>	<b>72.839,74</b>	<b>75.180,40</b>	<b>74.656,51</b>	<b>78.623,66</b>	<b>84.914,11</b>	<b>85.136,11</b>
<b>MÁXIMO</b>	<b>97.677,19</b>	<b>98.588,63</b>	<b>99.993,92</b>	<b>96.353,33</b>	<b>97.457,36</b>	<b>102.062,33</b>	<b>80.275,60</b>	<b>81.434,98</b>	<b>80.000,09</b>	<b>87.423,55</b>	<b>89.709,57</b>	<b>89.820,09</b>

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

**PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DEZ/2000–JUN/2019**

MÊS/ANO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 Kg)	Feijão Preto (30 Kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 Kg)	Milho (60 Kg)
DEZ/00	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
DEZ/01	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
DEZ/02	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
DEZ/03	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
DEZ/04	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
DEZ/05	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
DEZ/06	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
DEZ/07	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
DEZ/08	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
DEZ/09	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
DEZ/10	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
DEZ/11	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
DEZ/12	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
DEZ/13	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
DEZ/14	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
DEZ/15	62,10	87,64	1314,07	43,30	29,39
DEZ/16	...	147,81	1212,32	37,62	34,81
JAN/17	...	125,18	1153,42	37,19	32,92
FEV/17	...	106,44	1.138,59	36,14	30,25
MAR/17	...	104,81	1.063,18	35,70	27,89
ABR/17	...	96,55	1.012,31	36,25	25,67
MAI/17	59,60	101,82	1.015,39	36,57	25,61
JUN/17	60,40	111,60	1.018,95	37,46	24,36
JUL/17	61,48	99,96	1.087,77	38,73	22,84
AGO/17	66,48	92,36	1.014,63	40,70	22,39
SET/17	64,44	92,02	1.017,38	36,87	24,68
OUT/17	82,26	92,86	1.068,59	35,95	26,08
NOV/17	82,86	85,59	1.077,22	37,79	27,27
DEZ/17	79,60	81,72	1.162,92	38,74	27,86
JAN/18	72,47	79,72	1.163,73	39,32	28,30
FEV/18	65,42	89,02	1.263,78	39,07	29,23
MAR/18	65,53	88,21	1.326,18	42,40	36,45
ABR/18	69,32	87,22	1.413,59	47,15	37,65
MAI/18	68,39	90,88	1.490,00	54,95	38,94
JUN/18	71,34	86,51	1.450,92	62,88	38,47
JUL/18	77,98	86,32	1.432,98	59,95	35,43
AGO/18	78,46	87,63	1.435,45	56,84	36,87
SET/18	79,86	93,58	1467,24	52,91	37,58
OUT/18	80,93	92,15	1.417,65	49,11	33,81
NOV/18	80,40	92,31	1.371,70	49,91	33,57
DEZ/18	79,41	92,62	1.338,85	51,09	33,97
JAN/19	80,77	106,22	1.306,58	54,19	35,27
FEV/19	82,74	127,20	1.254,75	53,99	35,88
MAR/19	81,88	118,35	1.264,08	55,20	35,46
ABR/19	82,12	109,08	1.290,06	52,31	32,93
MAI/19	88,66	96,42	1.303,83	53,14	31,66
JUN/19	92,46	93,36	1.351,79	53,29	34,64

FONTE: IPEA; CONAB; IEA-SP; SEAB-PR.

NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837(1)	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848(3)	Índice Ibovespa 7845	Emissão Primária de Debêntures (R\$ milhões) 7841	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 (3)	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 (4)
DEZ/07	912.869	1.764.961	63.886	1.068	13.265	2.652
DEZ/08	917.297	1.087.640	37.550	0	8.776	1.577
DEZ/09	1.086.267	1.739.615	68.588	2.720	10.428	2.269
DEZ/10	1.286.654	2.070.752	69.304	2.025	11.578	2.653
DEZ/11	1.501.728	1.833.723	56.754	220	12.218	2.605
DEZ/12	1.786.186	1.961.800	60.952	850	13.104	3.020
DEZ/13	1.939.384	1.889.777	51.507	300	16.577	4.177
DEZ/14	2.156.887	1.824.499	50.007	0	17.823	4.736
DEZ/15	2.472.963	1.591.222	43.349	1.185	17.425	5.007
JAN/16	2.522.931	1.506.705	40.405	0	16.466	4.614
FEV/16	2.553.705	1.560.784	42.793	0	16.517	4.558
MAR/16	2.599.654	1.795.296	50.055	20.000	17.685	4.870
ABR/16	2.635.683	1.917.723	53.910	0	17.831	4.775
MAI/16	2.670.626	1.740.045	48.471	0	17.787	4.948
JUN/16	2.690.456	1.821.192	51.526	0	17.930	4.843
JUL/16	2.738.202	2.004.423	57.308	0	18.432	5.162
AGO/16	2.795.674	2.029.117	57.901	0	18.401	5.213
SET/16	2.820.714	2.044.580	58.367	0	18.308	5.312
OUT/16	2.860.310	2.234.166	64.924	878	18.142	5.190
NOV/16	2.887.156	2.134.704	61.906	0	19.124	5.324
DEZ/16	2.953.369	2.078.361	60.227	975	19.763	5.383
JAN/17	3.035.796	2.239.112	64.670	0	19.864	5.615
FEV/17	3.088.727	2.324.811	66.662	0	20.822	5.825
MAR/17	3.158.822	2.245.686	64.984	300	20.663	5.912
ABR/17	3.169.398	2.243.197	65.403	432	20.941	6.048
MAI/17	3.203.771	2.159.216	62.711	0	21.009	6.199
JUN/17	3.243.842	2.149.502	62.899	0	21.350	6.144
JUL/17	3.310.407	2.249.025	65.920	1.091	21.891	6.348
AGO/17	3.386.195	2.400.515	70.835	0	21.948	6.429
SET/17	3.426.878	2.517.247	74.293	0	22.405	6.453
OUT/17	3.468.644	2.538.691	74.308	4.537	23.377	6.728
NOV/17	3.460.553	2.454.073	71.970	0	24.272	6.874
DEZ/17	3.462.583	2.575.884	76.402	0	24.719	6.903
JAN/18	3.526.747	2.916.247	84.912	0	26.149	7.411
FEV/18	3.550.673	2.928.154	85.353	268	25.029	7.273
MAR/18	3.584.745	2.965.390	85.365	0	24.103	7.063
ABR/18	3.610.305	2.961.895	86.115	529	24.163	7.066
MAI/18	3.620.983	2.663.411	76.753	0	24.668	7.462
JUN/18	3.622.332	2.510.860	72.762	0	24.271	7.510
JUL/18	3.655.902	2.733.333	79.220	1.207	25.415	7.672
AGO/18	3.697.483	2.639.313	76.677	0	25.965	8.110
SET/18	3.728.770	2.671.198	79.342	0	26.458	8.046
OUT/18	3.771.919	2.916.773	87.423	700	25.116	7.306
NOV/18	3.772.958	2.977.960	89.504	0	25.538	7.331
DEZ/18	3.809.240	2.894.364	87.887	0	23.327	6.635
JAN/19	3.859.708	3.218.298	97.393	0	25.000	7.282
FEV/19	3.873.544	3.136.722	95.584	3.600	25.916	7.533
MAR/19	3.915.659	3.114.470	95.414	600	25.929	7.729
ABR/19	3.918.459	3.133.830	96.353	0	26.593	8.095
MAI/19	3.991.128	3.179.553	97.030	0	24.815	7.453

FONTES: (1) BANCO CENTRAL DO BRASIL, (2) BOVESPA (ÍNDICE DE FECHAMENTO DO ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS), (3) DOW JONES, (4) NASDAQ

NOTA: para os anos de 2007 a 2015, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano. Sinal convencional utilizado: Dado não disponível.

**BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1997 - 2019**  
**EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL**

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB
1997	4.849.631.130	0,00	3.286.435.601	0,00	1.546.619
1998	4.217.015.109	-13,04	4.037.993.209	22,87	170.406
1999	3.930.561.564	-6,79	3.686.335.922	-8,71	233.169
2000	4.379.503.505	11,42	4.679.233.086	26,93	-299.729.581
2001	5.312.332.713	21,30	4.897.792.513	4,67	414.540.200
2002	5.694.804.727	7,20	3.316.953.439	-32,28	2.377.851.288
2003	7.151.159.118	25,57	3.484.908.970	5,06	3.666.250.148
2004	9.389.420.770	31,30	4.019.935.825	15,35	5.369.484.945
2005	10.015.182.847	6,66	4.516.231.442	12,35	5.498.951.405
2006	9.995.494.251	-0,20	5.966.627.723	32,12	4.028.866.528
2007	2.328.950.313	23,35	9.014.788.594	51,09	3.314.161.719
2008	5.215.715.407	23,41	14.551.915.577	61,42	663.799.830
2009	1.196.293.394	-26,42	9.581.197.028	-34,16	1.615.096.366
2010	14.138.446.875	26,28	13.896.179.543	45,04	242.267.332
2011	17.360.038.340	22,79	18.730.595.657	34,79	-1.370.557.317
2012	17.670.729.653	1,79	19.386.402.825	3,50	-1.715.673.172
2013	18.209.358.888	3,05	19.323.866.589	-0,32	-1.114.507.701
2014	16.309.278.456	-10,43	17.280.528.871	-10,57	-971.250.415
2015	14.905.716.333	-8,61	12.441.616.141	-28,00	2.464.100.192
2016	15.169.664.013	1,77	11.091.546.509	-10,85	4.078.117.504
2017	18.078.720.982	19,18	11.516.626.302	3,83	6.563.848.374
2018	0.040.889.000	10,85	12.370.168.000	7,41	7.670.721.000
MAI/2019	6.335.505.273	-10,27%	4.024.454.230	9,64%	1.235.828.072

FONTE: MDIC/SECEX

**BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1997 - 2019**  
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)	
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%
1997	52.947.495.532	0,00	59.484.840.278	0,00	1.546.619	0,00
1998	51.076.603.549	-3,53	57.596.907.511	-3,17	170.406	-0,26
1999	47.945.909.310	-6,13	49.181.644.327	-14,61	233.169	-81,05
2000	55.018.346.483	14,75	55.891.118.709	13,64	-872.772.226	-29,37
2001	58.128.223.219	5,65	55.444.566.162	-0,80	2.683.657.057	-407,49
2002	60.290.491.129	3,72	47.140.165.638	-14,98	13.150.325.491	390,02
2003	72.975.027.454	21,04	48.269.929.600	2,40	24.705.097.854	87,87
2004	96.332.184.410	32,01	62.744.505.513	29,99	33.587.678.897	35,95
2005	118.692.856.544	23,21	73.468.391.463	17,09	45.224.465.081	34,65
2006	137.708.096.759	16,02	91.192.855.350	24,13	46.515.241.409	2,85
2007	160.521.882.755	16,57	120.475.382.973	32,11	40.046.499.782	-13,91
2008	197.778.858.085	23,21	173.118.588.785	43,70	24.660.269.300	-38,42
2009	152.910.580.383	-22,69	127.812.153.899	-26,17	25.098.426.484	1,78
2010	201.788.337.035	31,96	181.774.969.378	42,22	20.013.367.657	-20,26
2011	255.936.306.857	26,83	226.244.222.128	24,46	29.692.084.729	48,36
2012	242.277.307.190	-5,34	223.366.721.023	-1,27	18.910.586.167	-36,31
2013	241.967.561.759	-0,13	239.681.231.635	7,30	2.286.330.124	-87,91
2014	224.974.401.228	-7,02	229.127.843.314	-4,40	-4.153.442.086	-281,66
2015	190.971.087.339	-15,11	171.458.999.759	-25,17	19.512.087.580	-569,78
2016	185.232.116.301	-3,01	137.585.830.976	-19,76	47.646.285.325	144,19
2017	217.739.218.466	17,55	150.749.494.421	9,57	66.989.724.045	40,60
2018	239.889.170.206	10,17	181.230.568.862	20,22	58.658.601.344	-12,44
<b>MAI/2019</b>	<b>92.848.986.298</b>	<b>-0,91%</b>	<b>70.738.006.281</b>	<b>1,82%</b>	<b>22.110.980.017</b>	<b>-3,72</b>

FONTE: DIC/SECEX

**OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS - (Complexo soja e trigo) SAFRAS 2012/2019 (Mil toneladas)**

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em pluma	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	883,5	748,6	438,5
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,2	27,0	1.665,3	660,0	804,0	201,3
	2016/17	201,3	1.529,5	33,6	1.764,4	685,0	834,1	245,3
	2017/18	566,1	2.202,4	10,0	2.778,5	750,0	1.330,0	698,5
	2018/19	665,1	2.676,2	5,0	3.346,3	720,0	1.550,0	1.076,3
Arroz em casca	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
	2014/15	868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
	2015/16	962,9	10.603,0	1.187,4	12.753,3	11.428,8	893,7	430,8
	2016/17	430,8	12.327,8	1.042,0	13.800,6	12.024,3	1.064,7	711,6
	2017/18	625,8	11.449,9	1.200,0	13.275,7	11.900,0	800,0	575,7
	2018/19	671,8	10.509,8	1.300,0	12.481,6	11.200,0	900,0	381,6
Feijão	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
	2015/16	198,1	2.512,9	325,0	3.036,0	2.800,0	50,0	186,0
	2016/17	186,0	3.399,5	137,6	3.723,1	3.300,0	120,5	302,6
	2017/18	178,6	3.170,6	130,0	3.479,2	3.200,0	120,0	159,2
	2018/19	287,4	3.070,7	120,0	3.478,1	3.050,0	130,0	298,1
Milho	2012/13	4.005,4	81.505,7	911,4	86.422,5	53.263,8	26.174,1	6.984,6
	2013/14	6.984,6	80.051,7	790,7	87.827,0	54.503,1	20.924,8	12.399,1
	2014/15	12.399,1	84.672,4	316,1	97.387,6	56.611,1	30.172,3	10.604,2
	2015/16	10.604,2	66.530,6	3.338,1	80.472,9	54.639,8	18.883,2	6.949,9
	2016/17	6.617,3	97.842,8	953,6	105.413,7	57.330,5	30.836,7	17.246,5
	2017/18	13.287,7	90.409,2	400,0	104.096,9	62.500,0	31.000,0	10.596,9
	2018/19	14.788,9	97.010,4	500,0	112.299,3	62.915,3	32.000,0	17.384,0
Soja em grãos	2012/13	447,9	81.499,4	282,8	82.230,1	38.694,3	42.791,9	743,9
	2013/14	743,9	86.120,8	578,7	87.443,5	40.200,0	45.692,0	1.551,5
	2014/15	1.551,5	96.228,0	324,1	98.103,6	42.850,0	54.324,2	929,4
	2015/16	929,4	95.434,6	400,0	96.764,0	43.700,0	51.581,9	1.482,1
	2016/17	1.482,1	114.075,3	300,0	115.857,4	46.100,0	68.154,6	1.602,8
	2017/18	670,3	118.238,6	400,0	119.308,9	43.500,0	75.000,0	808,9
	2018/19	1.390,6	114.843,3	150,0	116.383,9	45.200,0	68.000,0	3.183,9
Farelo de Soja	2012/13	867,6	27.258,0	3,9	28.129,5	14.350,0	13.333,5	446,0
	2013/14	446,0	28.336,0	1,0	28.783,0	14.799,3	13.716,3	267,4
	2014/15	267,4	30.492,0	1,1	30.760,5	15.100,0	14.826,7	833,8
	2015/16	833,8	30.954,0	0,8	31.788,6	15.500,0	14.443,8	1.844,8
	2016/17	1.844,8	32.186,0	1,0	34.031,8	17.000,0	14.177,1	2.854,7
	2017/18	911,3	31.185,0	2,0	32.098,3	17.000,0	14.000,0	1.098,3
	2018/19	1.335,8	33.264,0	1,0	34.600,8	17.200,0	15.000,0	2.400,8

Óleo de soja	2012/13	650,5	6.903,0	5,0	7.558,5	5.556,3	1.362,5	639,7
	2013/14	639,7	7.176,0	0,1	7.815,8	5.930,8	1.305,1	579,9
	2014/15	579,9	7.722,0	25,3	8.327,2	6.359,2	1.669,9	298,1
	2015/16	298,1	7.839,0	66,1	8.203,2	6.380,0	1.254,2	569,0
	2016/17	569,0	8.151,0	40,0	8.760,0	6.800,0	1.342,5	617,5
	2017/18	218,1	7897,5	41,0	8156,6	6700,0	1100,0	356,6
	2018/19	429,9	8.424,0	40,0	8.893,9	7.200,0	1.050,0	643,9
Trigo	2012	1.956,1	4.379,5	7.010,2	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
	2016	809,3	6.726,8	7.088,5	14.624,6	11.517,7	576,8	2.530,1
	2017	2.530,1	4.263,5	6.200,0	12.993,6	11.287,4	210,0	1.496,2
	2018	1.031,8	5.473,9	7.200,0	13.705,7	12.496,0	600,0	609,7

Fonte: CONAB – 6º levantamento, junho 2019. (Disponível em: [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br))

Estoque de Passagem - Algodão, Feijão e Soja: 31 de Dezembro - Arroz 28 de Fevereiro - Milho 31 de Janeiro - Trigo 31 de Julho

### PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES – 1989-2019 (Mil toneladas e mil hectares)

Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio (Kg/ha)	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
				Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469
2016/2017	114.075	33.909	3.364	30.514	9.323	19.586	5.250	10.819	3.279	8.576	2.522	5.067	1.456
2017/2018	119.281	35.149	3.394	32.306	9.519	19.170	5.465	11.786	3.387	9.600	2.672	5.545	1.508
2018/2019	114.843	35.822	3.206	32.455	9.700	16.253	5.438	11.437	3.476	8.504	2.854	5.074	1.575

Fonte: CONAB – 6º levantamento, junho 2019. (Disponível em: [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br))

Nota: Estimativa em junho/2019.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2005-2018

PAÍSES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Mundo	4,9	5,5	5,6	3	-0,1	5,4	4,3	3,5	3,5	3,6	3,5	3,3	3,7	3,7
África do Sul	5,3	5,6	5,4	3,2	-1,5	3	3,3	2,2	2,5	1,8	1,3	0,6	1,3	0,8
Alemanha	0,9	3,9	3,4	0,8	-5,6	3,9	3,7	0,7	0,6	2,2	1,5	2,2	2,5	1,9
Argentina	8,9	8	9	4,1	-5,9	10,1	6	-1	2,4	-2,5	2,7	-1,8	2,9	-2,6
Bolívia	4,4	4,8	4,6	6,1	3,4	4,1	5,2	5,1	6,8	5,5	4,9	4,3	4,2	4,3
Brasil	3,2	4	6,1	5,1	-0,1	7,5	4	1,9	3	0,5	-3,5	-3,3	1,1	1,1
Canadá	3,2	2,6	2,1	1	-2,9	3,1	3,1	1,7	2,5	2,9	1	1,4	3	2,1
Chile	5,7	6,3	4,9	3,6	-1,6	5,8	6,1	5,3	4,1	1,8	2,3	1,3	1,5	4,0
China	11,3	12,7	14,2	9,6	9,2	10,6	9,5	7,9	7,8	7,3	6,9	6,7	6,9	6,6
Colômbia	4,7	6,8	6,8	3,3	1,2	4,3	7,4	3,9	4,6	4,7	3	2	1,8	2,8
Coréia do sul	3,9	5,2	5,5	2,8	0,7	6,5	3,7	2,3	2,9	3,3	2,8	2,9	3,1	2,8
Equador	5,3	4,4	2,2	6,4	0,6	3,5	7,9	5,6	4,9	3,8	0,1	-1,2	2,4	1,1
Estados Unidos	3,5	2,9	1,9	-0,1	-2,5	2,6	1,6	2,2	1,8	2,5	2,9	1,6	2,2	2,9
França	1,7	2,4	2,4	0,3	-2,9	1,9	2,2	0,3	0,6	1	1	1,1	2,3	1,6
Índia	9,3	9,3	9,8	3,9	8,5	10,3	6,6	5,5	6,4	7,4	8,2	7,1	6,7	7,3
Indonésia	5,7	5,5	6,3	7,4	4,7	6,4	6,2	6	5,6	5	4,9	5	5,1	5,1
Itália	0,9	2	1,5	-1,1	-5,5	1,7	0,6	-2,8	-1,7	0,1	1	0,9	1,5	1,2
Japão	1,7	1,4	1,7	-1,1	-5,4	4,2	-0,1	1,5	2	0,4	1,4	1	1,7	1,1
México	2,3	4,5	2,3	1,1	-5,3	5,1	3,7	3,6	1,4	2,8	3,3	2,9	2	2,2
Paraguai	2,1	4,8	5,4	6,4	-0,3	11,1	4,2	-0,5	8,4	4,9	3,1	4,3	4,8	4,4
Peru	9	7,1	5	0,8	-4,7	8,5	11,1	4,8	8,5	5,2	6,1	3,2	7,4	3,5
Reino Unido	3,1	2,5	2,5	-0,3	-4,2	1,7	1,6	1,4	2	2,9	2,3	1,8	1,7	1,4
Rússia	6,4	8,2	8,5	5,2	-7,8	4,5	5,1	3,7	1,8	0,7	-2,5	-0,2	1,5	1,7
Tailândia	4,2	5	5,4	1,7	-0,7	7,5	0,8	7,2	2,7	1	3	3,3	3,9	4,6
Uruguai	6,8	4,1	6,5	7,2	4,2	7,8	5,2	3,5	4,6	3,2	0,4	1,7	2,7	2,0
Venezuela	10,3	9,9	8,8	5,3	-3,2	-1,5	4,2	5,6	1,3	-3,9	-6,2	-16,5	-14	-18

FONTES: Fundo Monetário Internacional, International Financial Statistics IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2005-2018

PAÍSES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Mundo	<b>4,1</b>	<b>4,1</b>	<b>4,3</b>	<b>6,3</b>	<b>2,7</b>	<b>3,7</b>	<b>5,0</b>	<b>4,1</b>	<b>3,7</b>	<b>3,2</b>	<b>2,8</b>	<b>3,0</b>	<b>3,9</b>	<b>3,8</b>
África do Sul	3,4	4,6	7,2	11,0	7,1	4,3	5,0	5,6	5,8	6,1	4,6	6,3	5,3	4,5
Alemanha	1,9	1,8	2,3	2,8	0,2	1,1	2,5	2,1	1,6	0,8	0,1	0,4	1,7	1,4
Argentina	9,6	10,9	8,8	8,6	6,3	10,5	9,8	10,0	10,6	0,8	0,1	0,4	25,7	47,1
Bolívia	5,4	4,3	6,7	14,0	3,3	2,5	9,9	4,5	5,7	5,8	4,1	3,6	2,8	1,51
Brasil	<b>6,9</b>	<b>4,2</b>	<b>3,6</b>	<b>5,7</b>	<b>4,9</b>	<b>5,0</b>	<b>6,6</b>	<b>5,4</b>	<b>6,2</b>	<b>6,3</b>	<b>9,0</b>	<b>8,7</b>	<b>3,4</b>	3,7
Canadá	2,2	2,0	2,1	2,4	0,3	1,8	2,9	1,5	0,9	1,9	1,1	1,4	1,6	2,0
Chile	3,1	3,4	4,4	8,7	1,5	1,4	3,3	3,0	1,9	4,4	4,3	3,8	2,2	2,6
China	1,8	1,5	4,8	5,9	-0,7	3,3	5,4	2,6	2,6	2,0	1,4	2,0	1,5	1,9
Colômbia	5,1	4,3	5,5	7,0	4,2	2,3	3,4	3,2	2,0	2,9	5,0	7,5	4,3	3,1
Coréia do Sul	2,2	2,5	4,7	2,8	2,9	4,0	2,2	1,3	1,3	0,7	1,0	2,8	...	1,3
Equador	2,2	3,3	2,3	8,4	5,2	3,6	4,5	5,1	2,7	3,6	4,0	1,7	0,4	0,2
Estados Unidos	3,4	3,2	2,9	3,8	-0,3	1,6	3,1	2,1	1,5	1,6	0,1	1,3	2,1	1,9
França	1,9	1,9	1,6	3,2	0,1	1,7	2,3	2,2	1,0	0,6	0,1	0,3	1,0	1,2
Índia	4,4	6,7	6,2	9,1	10,6	9,5	9,5	10,0	9,4	5,8	4,9	4,5	3,3	2,1
Indonésia	10,5	13,1	6,7	9,8	5,0	5,1	5,3	4,0	6,4	6,4	6,4	3,5	3,8	2,8
Itália	2,2	2,2	2,0	3,5	0,8	1,6	2,9	3,3	1,2	0,2	0,1	-0,1	1,2	0,9
Japão	-0,3	0,3	0,1	1,4	-1,3	-0,7	-0,3	-0,1	0,3	2,8	0,8	-0,1	0,5	0,3
México	4,0	3,6	4,0	5,1	5,3	4,2	3,4	4,1	3,8	4,0	2,7	2,8	6,0	4,8
Paraguai	6,8	9,6	8,1	10,2	2,6	4,7	8,3	3,7	2,7	5,0	3,1	4,1	3,6	3,2
Peru	1,6	2,0	1,8	5,8	2,9	1,5	3,4	3,7	2,8	3,2	3,5	3,6	2,8	2,1
Reino Unido	2,1	2,3	2,3	3,6	2,2	3,3	4,5	2,8	2,6	1,5	0,0	0,7	2,6	2,1
Rússia	12,7	9,7	9,0	14,1	11,7	6,9	8,4	5,1	6,8	7,8	15,5	7,0	3,7	4,3
Tailândia	4,5	4,7	2,2	5,5	-0,8	3,3	3,8	3,0	2,2	1,9	-0,9	0,2	0,7	0,3
Uruguai	4,7	6,4	8,1	7,9	7,1	6,7	8,1	8,1	8,6	8,9	8,7	9,6	6,2	7,4
Venezuela	16,0	13,7	18,7	31,4	26,0	28,2	26,1	21,1	43,5	57,3	111,8	254,4	1087,5	1.698.488

FONTES: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

# Equipe Técnica



**Carlos Ilton Cleto**

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



**Gilmar Mendes Lourenço**

Economista, mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



**Rafael Polay Alcântara**

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da FAE.